



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2014

-----Aos quinze dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 2ª reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 3. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;** -----
- 4. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA “NÚCLEO ANTIGO DA VILA DE SESIMBRA” – APROVAÇÃO;**-----
- 5. REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA;**-----
- 6. PROJETO DA 12ª ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS/8º CONCURSO AS CORES DA CIDADANIA;**
- 7. PROJETO “PROMOÇÃO DA CIDADANIA ENTRE OS JOVENS”.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Manuel Barros Cardoso e Bertina Pereira João Duarte; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;-

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, do representante do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Fernando José Mestre Patrício, e do representante da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Artur José da Cunha Vieira Borges. -----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte minutos.-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----Não esteve presente o Vereador Américo Manuel Machado Gegaloto, tendo a Presidente da AM justificado a sua ausência por razões de saúde. -----

-----A **Presidente da AM** informou que a Deputada Joana Maria Alarcão Bastos, da bancada do PS, tinha solicitado a sua substituição, sendo substituída pela Deputada Bertina Pereira João Duarte. -----

-----Informou também, que o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes, não podia estar presente, tendo indicado para o representar o membro da junta, Fernando José Mestre Patrício. Igualmente a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso, informou que não podia comparecer, estando em sua representação o tesoureiro da junta de freguesias, Artur José da Cunha Borges. -----

-----Chamou a atenção para o facto do “Período Antes da Ordem do Dia – PAOD” ter 9 documentos para deliberação. Portanto iriam fazer a despesa da leitura dos documentos, situação que não era normal, para que pudessem desenvolver os trabalhos de uma forma muito mais célere, e reservando esse tempo para a discussão dos documentos. -----

-----Depois colocou à votação a **ata da 1ª reunião da sessão extraordinária de novembro de 2013**, realizada no dia 15 do mesmo mês. Tendo sido a referida ata **aprovada, por unanimidade**. -----

-----Lembrou que na 1ª reunião da sessão ordinária tinham acordado, que a ordem de trabalhos da presente reunião, que era a continuação dos trabalhos, seria a seguinte: Apreciação da Atividade Municipal; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana “Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra-aprovação; Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra; projeto da 12ª Assembleia Municipal de Jovens/8º Concurso “As Cores da Cidadania” e o Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”. No entanto em relação ao Regimento da Assembleia Municipal, gostaria de dizer que por lapso da sua parte, não tinha sido feita atempadamente uma solicitação ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, como faziam sempre no início de cada mandato quando introduziam alterações no regimento. Naturalmente com o tempo muito reduzido que o Gabinete Jurídico teve, foi extremamente difícil acolher em tempo útil as sugestões de alguns aspetos, quer da forma, quer do conteúdo, do Regimento. E porque se trata de uma questão que devia merecer a apreciação de todos, iria colocar à apreciação a alteração da ordem dos trabalhos, ficando o Regimento da Assembleia Municipal para a sessão de fevereiro. Assim teriam tempo

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

para que a nível da Comissão de Líderes se fizesse uma apreciação sobre o parecer do Gabinete Jurídico da Câmara.-----

-----Colocou à votação a alteração à Ordem de Trabalhos, **sendo aprovado, por unanimidade**, retirar o ponto 5. “**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA**” e ser o mesmo reagendado na próxima sessão de fevereiro.-----

-----Depois a **Presidente da AM** informou que tinham um ato a registar que era inédito e que se trata de um assinatura de um protocolo entre o Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, a Câmara Municipal de Sesimbra e a Assembleia Municipal de Sesimbra, respeitante à Formação em Contexto Real de Trabalho. Já tinha sido dado conhecimento prévio sobre a intenção que a Escola lhes tinha colocado, face à disponibilidade da Assembleia em aceitar uma jovem para ela pudesse desenvolver o seu estágio até ao final do ano letivo, numa matéria que seria a administrativa. Neste contexto convinha dizer, que se tratava de um protocolo que resultava de uma circunstância particular que esta Escola tinha, e que estes contratos de autonomia só podiam ser viabilizados quando os mesmos assumiam um compromisso e uma cooperação entre a Escola e, neste caso, a Câmara Municipal de Sesimbra. Daí que o município, nesta lógica de Câmara e de Assembleia, estivesse contemplado no protocolo ali presente.-----

-----Pedi desculpa de não fazer a leitura do protocolo, não que se importasse de o ler, mas porque era extenso e já era do conhecimento de todos. Mas gostaria de dizer que tinha a ver com o preenchimento do horário da aluna ao nível dos serviços da assembleia e com um conjunto de compromissos e de competências que ela tinha que desenvolver, incluído no seu horário curricular. Esses compromissos e essas competências, naturalmente, teriam que ser avaliadas entre a professora mediadora e ao nível dos serviços de apoio da Assembleia Municipal, neste caso, a Laura Farinha, que era a pessoa que ia fazer o acompanhamento direto com a jovem Débora Gonçalves. Da parte da escola havia um conjunto de responsabilidades que dizia respeito à elaboração do protocolo, à formação da aluna e a dar conta do seu progresso, em que a professora responsável deverá ter uma relação direta com a Assembleia Municipal. Já tinha sido elaborado um plano de trabalho ao nível da Assembleia Municipal, que ia incluir, obviamente, aquilo que se prendia com o conhecimento do Poder Local, o seu funcionamento, as responsabilidades e as competências. Porque consideravam que uma jovem aluna trabalhando neste sector seria interessante, no mínimo, que ela conhecesse o funcionamento da Assembleia Municipal de Sesimbra. -----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Depois a **Presidente da AM** passou à leitura da 1ª parte do Protocolo.-----

-----“Entre o Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, com sede na Rua Conselheiro Ramada Curto, Sesimbra, representado pela Diretora Ana Paula da Silva Neto, como primeira outorgante, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sita na Rua Almirante Sande de Vasconcelos, representada pela Presidente Joaquina Odete Martins da Graça, como segundo outorgante, a Câmara Municipal de Sesimbra, sita na Avª da Liberdade, representada pela Vereadora Felícia m aria cavaleiro Costa, como terceira outorgante, e Célia Maria Rodrigues Cardoso, Encarregada de Educação da aluna Débora Raquel Cardoso Gonçalves, como quarta outorgante, é celebrado o presente protocolo, que define as condições para a realização de Formação em Contexto Real de Trabalho, prevista no Contrato de Autonomia celebrado entre o Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, a Câmara Municipal de Sesimbra e o Ministério da Educação e Ciência, em 19 de fevereiro de 2013, o qual vigorará no período compreendido entre 2013 e 2015 e que se subordinará às cláusulas seguintes:”-----

-----Seguidamente deu a palavra à **Diretora do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, Ana Paula Neto**, que fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa noite a todos. -----

-----Em primeiro lugar quero agradecer à Assembleia Municipal por ter concordado com a integração da nossa aluna e muito brevemente explicar do que consta esta medida. -----

-----Nós quando assinámos o Contrato de Autonomia negociámos com o Ministério da Educação uma forma de diferenciar o currículo dos nossos alunos que, com mais de 15 anos, ainda não conseguiram completar o 9º. Ano. Portanto aqueles alunos que são desmotivados, que têm muitas negativas, que a Escola não lhes diz muito e que gostariam de estar numa parte mais prática. -----

-----Não sei se os Senhores conhecem, mas existem os chamados CEF- Cursos de Educação/Formação, turmas de currículo alternativo, mas são turmas onde nós juntamos todos esses alunos numa turma só. Aquilo que nós negociámos com o Ministério da Educação foi integrar esses alunos em turmas regulares e preencher parte da componente letiva com Formação em Contexto Real de Trabalho. -----

-----Os alunos fizeram uma avaliação psicotécnica, foi denunciado qual a área que eles tinham vocação. Eles têm a s disciplinas básica, português, matemática, inglês e educação física e mais 2 disciplinas da sua escolha, depois as outras 6 disciplinas são substituídas por Formação em Contexto Real de Trabalho. Portanto em vez de 12 disciplinas, eles têm apenas 6, e o resto é numa área que lhe diz respeito e numa coisa de que eles gostam. Tem sido um sucesso, é o 2º. Ano que nós estamos a trabalhar

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

com esta modalidade e os alunos têm tido excelentes resultados. Portanto é uma das medidas que nós negociámos que tem 100% de sucesso. -----

-----*Obrigada a todos. E obrigada Odete.*” -----

-----Posteriormente passou-se à assinatura do Protocolo, entre o Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, a Câmara Municipal de Sesimbra, a Assembleia Municipal de Sesimbra e a Encarregada de Educação da Aluna da Escola 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho de Sesimbra, que define as condições para a realização de Formação em contexto real de trabalho. -----

-----Foi dado início ao **“Período de Antes da Ordem do Dia-PAOD”** tendo a **Presidente da AM** citado que o primeiro documento referia-se a uma situação que em tempos tinha sido colocada pela Câmara, a criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, enviada pelo Sr. Presidente da Câmara, uma vez que a Câmara já tinha deliberado sobre esta matéria, solicitando no conjunto das deliberações que fosse dado conhecimento à Assembleia Municipal e saber a sua posição sobre aquela matéria. -----

-----Deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que após cumprimentar todos os presentes, disse que a posição da Câmara Municipal, que tinha sido aprovada por unanimidade e que fundamentava o parecer desfavorável que a Câmara tinha decidido emitir sobre a proposta vindo do Ministério do Ambiente. Esta proposta visava a criação de um sistema multimunicipal de abastecimento de água com um território muito vasto, fundindo um conjunto de outros sistemas multimunicipais, que iam desde a Serra da Estrela até ao Baixo Alentejo, atravessando onde se concentra quase metade da população do abastecimento de água em alta e em baixa, abrangendo todas estas áreas. -----

-----Relativamente à Península de Setúbal, abrangia apenas a área de incidência da Simarsul e apenas os municípios que faziam parte da Simarsul. No caso vertente, relativamente ao município de Sesimbra, este sistema abrangeria apenas o tratamento de águas residuais em alta, mantendo-se na alçada do município o abastecimento público de água em alta, a distribuição de água em baixa e igualmente a recolha de águas residuais em baixa. Mas o sistema por definição era abrangente, porque existiam outros sistemas no país que têm todas estas valências, municípios em que quer o abastecimento de água em baixa, quer o abastecimento em alta, quer o tratamento de águas residuais e a recolha de águas residuais, tudo era tratado por um sistema multimunicipal da respetiva região, e ao ser integrado dentro de um sistema multimunicipal de Vale do Tejo, passaria a estar na alçada do novo sistema. -----

-----Portanto a Câmara Municipal entendia, que isto violava os pressupostos da adesão do município de Sesimbra ao sistema multimunicipal da Simarsul, que tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal. O município de Sesimbra tinha aderido voluntariamente ao sistema e só depois disso é que tinha sido

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

publicado o Decreto-Lei que criou o sistema. E na altura da adesão o município de Sesimbra, tal como os outros municípios, aderiu com base num conjunto de condições que de alguma forma permitia ao município ter uma intervenção direta na gestão das infraestruturas do atual sistema multimunicipal. E o presente decreto-lei retirava aos municípios a capacidade que detinham por direito próprio e delegava numa entidade completamente alheia aos municípios a gestão do sistema. E para iludir a desvalorização e a diluição do papel de cada município, tinha criado um suposto “conselho consultivo”, que pelo seu carácter não vinculativo seria um mero órgão decorativo, sem qualquer intervenção do sistema, não nomeando nenhum administrador e entregando a gestão da empresa à EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres. Os municípios, no caso de votarem contra a proposta do Conselho de Administração em Assembleia-geral, e tinham que ser mais de 10% dos municípios a votar contra, tinham o direito a nomear um administrador. Mas neste caso a Administração tinha o direito a nomear mais um administrador, e em vez de cinco administradores passariam a ser sete.-----

-----Recordou que o município de Sesimbra tinha integrado património seu no sistema, naturalmente que tinham sido ressarcidos por esse património em termos de avaliação, mas tinham também aceitado essa avaliação no pressuposto, que findo o período da concessão o património regressaria à posse dos municípios, ou a uma Associação de Municípios criada por estes. Agora o Governo criava outro sistema, os municípios eram ouvidos mas o seu parecer não era vinculativo, quanto ao património já não eram os 20 anos que faltavam, voltava novamente ao zero e a concessão passava a ser 30 anos. E nada garantia que findos esses 30 anos o património viesse à posse dos municípios. Portanto, era uma subversão total das condições em que o município de Sesimbra decidira aderir. E desde a primeira hora, no quadro da Simarsul, que tinham unanimemente mostrado o desacordo junto da AdP, Águas de Portugal.-----

-----Presentemente o Governo apresentava esta solução como uma solução mais justa, para permitir aos municípios do interior pagar um tarifário mais acessível. No caso da península de Setúbal e de acordo com o estudo de atividade económico-financeira que era apresentado, o tarifário teria uma redução de 2 cêntimos relativamente ao preço atual, porque em 2013 tinha aumentado cerca de 8 cêntimos, mas apresentavam como um resultado positivo. Nos municípios da Área Metropolitana Norte tinha havido de facto um agravamento substancial dos tarifários, porque os sistemas eram tão mais sustentáveis quanto maior era a população base que os suporta e isso permitia reduzir o valor das tarifas, mas esta questão devia ter sido considerada na fase de criação dos sistemas e não agora. E não tinham que ser os municípios do litoral a pagar o funcionamento dos sistemas dos municípios do interior, tal como em relação a outras matérias não acontecia o inverso.-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Portanto, como tinha sido pedido um parecer à Câmara Municipal e esse parecer não precisava do parecer da Assembleia Municipal já tinha sido enviada a decisão da Câmara, até porque havia um prazo para esse fim. No entanto tinham decidido que a Assembleia Municipal, tal como aconteceu em outros municípios, sendo o órgão que decidiu formalmente pela adesão ao sistema se devia pronunciar.

-----Seguidamente a **Presidente da AM** colocou o documento à votação.-----

-----A Assembleia Municipal **deliberou, por maioria**, com 22 votos a favor (13CDU+6PS+2MSU+1BE) e 2 votos contra do PSD/CDS-PP, **apoiar a posição assumida pela Câmara Municipal de Sesimbra sobre a proposta de decreto-lei de criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo**, cuja parte deliberativa a seguir se transcreve: -----

-----“1. Reiterar a sua firme rejeição do processo que levou à apresentação da presente proposta de Decreto-Lei, desenvolvido no desrespeito e à revelia das atribuições e competências do Poder Local; -----

-----2. Manifestar o seu parecer negativo e, em consequência, a sua total recusa em aderir e integrar o proposto Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo;-----

-----3. Exigir a manutenção do atual SMM de Águas Residuais da Península de Setúbal e da respetiva sociedade gestora, a Simarsul, S.A. e o cumprimento dos pressupostos que o levaram a aderir a este Sistema, com a retificação dos fatores que estão na origem da sua atual insustentabilidade, exigindo a concretização das medidas adequadas e insistentemente reclamadas pelos municípios, nomeadamente:

-----i) Integração plena e rápida do Município de Setúbal na Simarsul, já prevista no Decreto-Lei de 2003; -- -----

-----ii) Atribuição de uma compensação financeira à Simarsul e ao Município de Setúbal pelos prejuízos provocados durante nove anos à empresa e aos Municípios pela sua não integração na Simarsul.

-----O Governo e a AdP devem assumir responsabilidades por esta não integração plena na Simarsul, pelas respetivas consequências e pela atribuição daquela compensação. -----

-----Esta não integração tem prejudicado o Município de Setúbal, impedindo a realização de investimentos neste concelho, tem aumentado o valor da tarifa, tem contribuído para agravar o equilíbrio e a atual situação financeira da empresa; -----

-----iii) Redução substancial dos elevados e injustificados valores do “fee” de gestão e dos fluxos financeiros do atual SMM para a AdP, Águas de Portugal;-----

-----iv) Eliminação do inadmissível valor da atual remuneração de capitais no sistema público;-----

-----v) Implementação de uma estrutura tarifária adequada à realidade económica e social dos territórios dos municípios, com tarifas atualizadas, no limite, à taxa de inflação;-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----vi) *Revisão e renegociação do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), tendo em conta o histórico e a realidade do atual SMM da Simarsul;*-----

-----vii) *Elaboração e análise imediata, a facultar aos Municípios, de cenários de viabilidade económica e financeira aceitáveis já anteriormente solicitados, que assegurem o funcionamento da empresa e que tenham em conta, nomeadamente e para além das medidas atrás apontadas, o prazo de concessão;*-----

-----viii) *Aumento das participações comunitárias;*-----

-----ix) *Recusa de contratos externos de “outsourcing” em alternativa aos serviços prestados pelos trabalhadores da empresa;*-----

-----x) *Cumprimento de responsabilidades por parte do concedente (Estado) na sustentabilidade do atual SMM e nos pressupostos de adesão do município ou a recolocação de competências na esfera dos municípios, aplicando os princípios dos sistemas de titularidade municipal em vez dos sistemas de titularidade estatal;*-----

-----4. *Exigir que se tenha em conta o papel determinante dos municípios em todo o processo de reestruturação do setor da água;*-----

-----5. *Reafirmar que, para este município, o parecer negativo agora emitido tem carácter vinculativo, declarando que, no caso do mesmo ser desrespeitado, o município reitera a sua firme determinação de desenvolver todas as ações ao seu alcance, no plano institucional, político e judicial, para impedir a concretização da presente proposta de Decreto-Lei, na defesa intransigente das populações, do serviço público de água e saneamento e da autonomia do Poder Local; (...)*-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que, em nome da bancada do PSD, apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“*Votamos contra porque achamos que este é um processo que visa a rentabilidade e a racionalização de meios. Portanto, entendemos que é efetivamente uma medida que leva a uma maior equidade entre todos os portugueses*”.-----

-----A **Presidente da AM** deu início à apreciação da Recomendação à Câmara Municipal subordinada ao título “**Dia 3 DE DEZEMBRO - Dia Internacional das pessoas com deficiência**”, apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE) e subscrita pelo Partido Socialista (PS) e pelo Movimento Sesimbra Unida (MSU).-----

-----Disse que a recomendação fazia a abordagem do enquadramento legal relativamente à aplicação da Lei e daquilo que eram os seus aspetos mais significativos, terminando com um conjunto de recomendações em relação à solicitação em cabimentação orçamental por parte da Câmara, com uma

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

maior fiscalização no que diz respeito aos requisitos dos acessos e deslocação das pessoas portadoras de deficiência. Igualmente também, a sensibilização junto das entidades governamentais e do concelho e também junto das entidades bancárias, para que criassem outras condições de acesso e de utilização a pessoas com deficiência. -----

-----Depois cedeu a palavra aos Deputados para se manifestarem sobre a recomendação. -----

-----O **Deputado José Guerra** referiu que a Sr^a. Presidente já tinha feito um apanhado daquilo que estava na recomendação. Pensava que a Câmara devia ter uma pequena percentagem do Orçamento de Estado para ir reparando aos poucos as situações mais delicadas e devia ter contacto com os edifícios do Poder Central, Finanças, Centros de Saúde etc. Em relação às instituições bancárias, devia exercer pressão junto destas para que colocassem ATM'S com altura suficiente para que qualquer pessoa com deficiência pudesse ter acesso. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que a bancada do PSD entendia a recomendação e estavam de acordo. No entanto, estavam descritas situações que lhes deixavam com dúvidas. Não sabiam se a Câmara Municipal tinha efetivamente poder para pressionar as instituições bancárias, para que estas colocassem os ATM'S no concelho com as devidas condições. Em relação aos edifícios públicos, pensavam que se podia ter substituído por edifícios camarários. Pensavam que quem subscreveu a recomendação podia ter melhorado o seu conteúdo. -----

-----A **Deputada Helena Cordeiro** disse que a bancada da CDU ia votar favoravelmente a recomendação. Mas queria relembrar que em 2010 a Assembleia Municipal, sobre proposta da CDU, tinha votado uma Moção também sobre as questões da deficiência, e já nessa altura tinham aproveitado para lembrar que existia no concelho uma instituição, a Cercizimbra, aliás existiam várias, que trabalham na área da deficiência. E que a Cercizimbra tinha desde 2010 um equipamento, não diria em fase de construção, em fase de abandono. E não era com certeza pela instituição mas sim pelos sucessivos governos que têm negado o financiamento para concluir esse equipamento. Estava a referir-se a um Lar para grandes dependentes e um Centro Ocupacional para as pessoas portadoras de deficiência, na Quinta do Conde. Estavam já no final de 2014 e o problema mantinha-se. -----

-----Relembrou também, e porque a presente recomendação também fazia referencia aos idosos, que o Lar de Idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde, desde essa altura também que aguarda financiamento. Portanto não podia deixar de manifestar estas preocupações. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que enquanto subscritores da proposta, que como todos sabiam tinha sido inicialmente idealizada pelo Deputado José Guerra, julgavam que ao transformá-la em

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

recomendação já era um passo positivo. E pensavam que não deviam desvirtuar o sentido com que o primeiro subscritor o fez, que foi com o sentido altamente pedagógico e para os alertar a todos. Porque o facto de conhecerem a legislação, às vezes também ajudava um pouco a entrar profundamente nos problemas. Contrariamente àquilo que tinha sido a nota do Deputado Lobo da Silva, pensavam que fazia sentido manter o texto, era aborrecido de ler mas era positivo. -----

-----Depois disse que assinava por baixo daquilo que a Deputada Helena Cordeiro tinha dito em relação à Cercizimbra. Havia de facto a necessidade de apelar não só a Câmara, porque estavam em crer que a Câmara faria todos os possíveis por ir dando resposta positiva, mas também ao Governo, para que não só legisle como tente atuar no terreno para resolver os problemas, nomeadamente quando há disposição no próprio terreno para apoiar as intervenções que eram necessárias. -----

-----Em relação ao Lar de Idosos na Quinta do Conde, também era uma preocupação do Partido Socialista. Como sabiam o Partido Socialista tinha reunido com a Direção do Centro Comunitário e estava disposto a intervir junto do Governo, na Assembleia da República, no sentido de considerar a importância da existência do Lar de Idosos na Quinta do Conde, que fazia todo o sentido. Naturalmente como subscritores, sem dúvida o voto favorável à Recomendação. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que o MSU também saudava o facto de a proposta ter sido transformada em recomendação. Era certo que as questões relacionadas com as acessibilidades das pessoas com deficiência, que abrangia também a população idosa e outro tipo de utentes, nomeadamente, senhoras grávidas, senhoras com carrinhos de bebé, era uma questão que dizia respeito a nível nacional, mas também dizia respeito a cada município. E achavam muito bem que o presente documento tivesse sido transformado em recomendação e fosse dirigido ao município de Sesimbra. ----

-----Quanto à intervenção do Deputado do PSD, era verdade que havia na recomendação questões que se prendiam com a competência do próprio município para despoletar certos processos. Não seria certamente fácil, por exemplo, sensibilizar as instituições bancárias para que adaptem os seus edifícios a pessoas com deficiência, mas era sempre possível tentar e era isso que apelavam através da recomendação. De uma forma geral e também enquanto subscritores iam votar favoravelmente. -----

-----Colocada à votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, a Recomendação à Câmara Municipal subordinada ao título “Dia 3 DE DEZEMBRO - Dia Internacional das pessoas com deficiência”**, a qual se transcreve: -----

-----*(Começamos por citar o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto)*-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“A matéria das acessibilidades foi já objeto de regulação Normativa, através do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública.”-----

-----Todavia, apenas em 1998, as Nações Unidas instituíram o 3 de Dezembro como dia internacional das pessoas com deficiência, com o principal objetivo de promover uma maior discussão na sociedade dos problemas que as pessoas com deficiência encontram no seu dia-a-dia, em questões de acessibilidades, no trabalho, na habitação e principalmente na integração social, económica e cultural. Em suma, o direito à sua dignidade.-----

-----O Decreto-Lei n.º 123/97 previa um período de 8/10 anos para remoção das barreiras urbanísticas e arquitetónicas, mas nem o governo central, nem as autarquias, introduziram grandes alterações nos equipamentos coletivos.-----

-----Por este motivo, entre outros, foi criado o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, mas uma vez mais sem grandes avanços na matéria. -----

-----De acordo com este diploma legal, “De entre as principais inovações introduzidas com o presente decreto-lei, é de referir, em primeiro lugar, o alargamento do âmbito de aplicação das normas técnicas de acessibilidades aos edifícios habitacionais, garantindo-se assim a mobilidade sem condicionamentos, quer nos espaços públicos, como já resultava do diploma anterior e o presente manteve, quer nos espaços privados (acessos às habitações e seus interiores).” -----

-----A mesma referência legal refere que “Visa-se impedir a realização de loteamentos e urbanizações e a construção de novas edificações que não cumpram os requisitos de acessibilidades estabelecidos no presente decreto-lei”. -----

-----A verdade é que, decorridos que estão 18 anos sobre a primeira iniciativa legislativa, 8 dos quais desde o último diploma, cabe perguntar: O que foi feito? O que se tentou fazer? O que consta nas propostas do governo e das Câmaras municipais, incluindo a da Autarquia de Sesimbra (que continua a ter valências sem acesso a pessoas com deficiência ou incapacidade temporária)?-----

-----No nosso concelho, regista-se uma grande dificuldade de acesso, por pessoas com deficiência, ao edifício da Câmara Municipal e a diversas instalações onde os departamentos da autarquia funcionam, não se salvaguardando ao nível dos projetos de construção aprovados pelos órgãos competentes, as condições mínimas de acessibilidade adequadas à realidade destas pessoas. -----

-----A título de exemplo, ao nível da escadaria do lado direito da “Secção das Águas” (nos pavilhões do antigo ciclo preparatório), existe uma parte com rampa, mas com uma inclinação acima dos 6%, e que

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

não é contínua; existem igualmente lanços que não têm rampa, o que torna impossível a subida até à última "Secção" Ond@jovem de Sesimbra.-----

-----E o que dizer de serviços públicos como o Serviço de Finanças, localizado em edifício onde é impossível a entrada de cadeiras de rodas, por parte de pessoas com dificuldade de locomoção, idosos e carrinhos de bebé? -----

-----E porque não exercer pressão sobre as instituições bancárias com terminais ATM no Concelho para que sejam criadas condições de acesso às máquinas multibanco para todas as pessoas com qualquer tipo de incapacidade.-----

-----Outras situações poderiam ser chamadas à colação, como as passadeiras sem uma rampa. -----

-----Em boa verdade, grande parte destas barreiras arquitetónicas não diz apenas respeito às pessoas portadoras de deficiência, mas também aos idosos, a pessoas portadoras de diversas incapacidades físico-motoras e, mesmo, a quem se desloca com um simples carrinho de bebé... -----

-----Em Portugal existe um milhão de pessoas portadoras de deficiência, ou seja um milhão de pessoas com no mínimo 60% de incapacidade, motora, visual, psíquica, e outras. -----

-----Neste sentido propõe-se: -----

-----1 – Que anualmente, seja cabimentada no Orçamento da Câmara uma quantia destinada à retificação de situações de incumprimento da lei nestas áreas, com prioridade na via pública (passadeiras, sinalização e passeios) e edifícios públicos que sejam responsabilidade da autarquia. -----

-----2 – Uma maior e melhor fiscalização, por parte da Autarquia, do cumprimento da lei em termos de requisitos de acesso exterior e deslocação interior para pessoas portadoras de deficiência, aquando do licenciamento da construção ou reabilitação de edifícios, mormente habitacionais. -----

-----3 – Que a Câmara Municipal de Sesimbra procure, junto das entidades governamentais com representações no concelho (finanças, saúde, justiça, etc.) denunciar as situações supracitadas, reclamando o cumprimento da lei. -----

-----4 – Que a Câmara Municipal de Sesimbra pressione as instituições bancárias com terminais ATM no Concelho, para a criação de condições que assegurem a sua utilização por pessoas com deficiência". -

*-----A Presidente da AM passou ao documento seguinte, a **Moção subordinada ao tema: "Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social"**, apresentada pela bancada do PS e subscrita pelo BE.-----*

-----Disse que a moção fazia a caracterização em termos da importância quanto ao papel da Segurança Social na nossa sociedade e no contexto do estado social, mas referindo-se àquilo que era uma possível previsão da diminuição do quadro dos funcionários. E colocando também como solicitação à

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara, a demonstração pública de solidariedade para com os trabalhadores, o repúdio por esta medida e manifestação de um propósito de que estava a desencadear um processo que tinha graves consequências do ponto de vista social. E também solicitar ao Governo, o cancelamento deste processo para que não houvesse perturbação nos serviços da Segurança Social. -----

-----Depois cedeu a palavra aos deputados para se pronunciarem sobre a moção. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que a bancada do PS achava que era uma matéria importante e que ainda estava em tempo. Supunham que uma decisão final do Governo tinha vindo a ser “adiada”, porque o encontro entre o Governo e as posições dos Partidos na Assembleia da República não tinha sido bem resolvido, mas supunha que estava por dias a tomada de posição sobre esta matéria. E solicitava à Sr^a. Presidente, caso a Moção fosse aprovada como esperavam, que fosse remetida rapidamente para as entidades indicadas de modo a que fizesse o seu caminho. Aquela moção tinha sido apresentada também na reunião de Câmara e tinha sido aprovada por unanimidade. De relevar que era uma matéria que podia pôr em causa um conjunto de serviços muito importantes, nomeadamente nos tempos que correm de grande dificuldade e de grande necessidade das pessoas de terem apoio dos serviços da Segurança Social, e ainda na questão dos jovens acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, podia pôr em causa os técnicos de acompanhamento dessas crianças. E portanto pensavam, que não seriam necessárias mais palavras para referir a importância que tinha a deliberação da Assembleia Municipal de Sesimbra, bem como de todas as Assembleias Municipais do país. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que numa primeira fase tinham entendido não aparecer como subscritores, não que estivessem em desacordo com a moção, mas porque queriam fazer um trabalho de investigação mais aprofundado em relação à situação na Segurança Social e os seus recursos. E falava com conhecimento de causa porque tinha familiares a trabalhar na Segurança Social, que conheciam a presente realidade e aos quais tinha recorrido para se inteirar mais da situação presente. E de facto a moção falava de uma forma clara e com bastante propriedade, daquilo que era a redução discricionária e sem qualquer critério dos recursos humanos ao nível da Segurança Social, nomeadamente ao nível dos Centros Distritais. As políticas implementadas pelo Governo de redução de recursos humanos, ao nível da administração, não têm sido as mais adequadas. A ideia era cortar mas cortava-se a direito, não se estabeleciam critérios para aquilo que queriam que fosse uma verdadeira reforma do Estado e da Segurança Social. E o que acontecia era que existiam recursos humanos na Segurança Social que estavam a mais, ao nível das chefias, de direção, por exemplo, ao nível Diretores dos Institutos Públicos. E isso



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazia com que muitas das competências se confundissem entre os vários diretores dos vários organismos, e isso originava o atraso nos processos decisórios. -----

-----Sabiam que a Segurança Social não funcionava muito bem e que devia funcionar muito melhor, porque era um fator chave do Estado. Estava em causa a prestação de apoio a pessoas que realmente precisam de apoio do Estado, muitas delas para sobreviverem. E a confusão de competências e o atraso no processo decisório dificultava muito esse trabalho. Eram apologistas de uma reforma do Estado adequada que o atual Governo não soube fazer, esperavam que os próximos governos tivessem essa competência. E a reforma do Estado tinha naturalmente que abranger a Segurança Social. Há uns anos atrás, por exemplo, o Ministério das Finanças funcionava muito mal e agora sabiam que a máquina fiscal estava mais oleada e a funcionar melhor. Acreditavam que ao nível da Segurança Social se poderia agilizar procedimentos, simplificar, porque não aquela medida que foi o Simplex, mas de forma mais incisiva dentro da Segurança Social. Se tivessem uma Segurança Social com procedimentos e métodos mais adequados, se houvesse simplificação, saiam a ganhar as pessoas que dela realmente precisam. Portanto, apesar de não serem subscritores iam votar favoravelmente a Moção. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** disse que o grupo do PSD na Assembleia Municipal votaria a favor da presente moção, fazendo apenas um considerando que tinha a ver com o facto de referir na moção “ *que desde 2010 este mesmo Instituto já sofreu uma diminuição do seu quadro de funcionários em 20%, que corresponde a mais de 2.500 funcionários*”. E não era por terem saído 2.500 funcionários do Instituto, porque eles tinham saído naturalmente, por reformas antecipadas, por opções de vida. E como tinha referido o Deputado Miguel Ribeiro, muitas das dificuldades que o Instituto tinha em responder era pela duplicação de serviço, era não saber quem devia dar a informação, era haver informações em duplicado, e isso atrasava realmente os processos. Era necessário fazer uma reestruturação do Instituto da Segurança Social, mas de uma forma transparente e com cabeça tronco e membros. Portanto estavam absolutamente de acordo com a moção, mais, porque tinha o privilégio de assistir a algumas das reuniões, sabia os passos que os sindicatos têm dado no sentido de minimizar, de reverter, a situação. E a proposta que faziam aos promotores, era no sentido de se acrescentar o envio da moção às Centrais Sindicais, CGTP/IN e UGT. -----

-----A **Presidente da AM** perguntou aos proponentes se tinham alguma objeção à proposta do Deputado Mendes Dias. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que como era óbvio concordavam e lamentavam o lapso.



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Depois a **Deputada Paula Gato** disse que a presente moção era efetivamente necessária e devia levá-los a refletir sobre o que estavam a fazer a um estado social já moribundo. Efetivamente tinham saído da Segurança Social muitos funcionários de forma natural, mas também tinham saído muitos porque alguns serviços da Segurança Social foram privatizados. Algumas pessoas de alguns dos Centros Regionais foram colocadas em mobilidade, já com 26, 27, anos de serviço, com um aviso que isso ia acontecer com 4 dias de antecedência. Porque de repente se tinha chegado à conclusão que a carreira tinha sido extinta, porque tinham entregado a gestão dos serviços a outras entidades. E não se tratava só de estar a tirar recursos e serviços às comunidades, como também estar a pôr em causa a dignidade dos próprios trabalhadores, a sua saúde mental, etc. Portanto só queria reforçar estes aspetos. -----

-----O **Deputado Tiago Aragão** referiu que de facto a presente matéria era um exemplo notório daquilo que tem sido a governação do PSD/CDS-PP, não atingindo aqueles que mais condições têm, mas indo uma vez mais ao encontro dos mais desfavorecidos, daqueles que mais recorrem aos serviços de atendimento da Segurança Social, que precisam de pensões, que precisam de reformas, que precisam de ver ressarcidas as suas situações recorrendo aos fundos de garantia salarial. Em vez de cortarem nas chefias superiores, nos “boys” que são nomeados com ordenados chorudos, para presidir aos grandes Institutos e outros organismos, de se cortar na governação central, uma vez mais cortavam no Distrital. E com grande prejuízo em especial na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), na qual era um dos representantes da Assembleia Municipal. Porque a CPCJ dependia muito dos recursos que eram fornecidos por outros organismos para que prestassem lá serviço, e a Segurança Social era um dos poucos que tinha alguém a tempo inteiro. E ver-se privada de um dos elementos que estava adjudicado a tempo inteiro para gerir os processos, normalmente era um representante da Segurança Social que dirigia, que presidia a CPCJ, era de lamentar.-----

-----O **Deputado Francisco Cordeiro** referiu que de facto não podiam estar mais de acordo com a presente moção, mas não podia deixar de dizer algumas coisas. -----

-----Relativamente aos 2500 trabalhadores que foram saindo era óbvio que alguns saíram de forma natural, mas também não tinha havido a reposição desses mesmos trabalhadores. Concordavam que tivesse que haver uma reestruturação, mas não de uma forma que faça colapsar os serviços, que era o que estava a acontecer já há alguns anos. E deviam ir ao baú das memórias e saber porque é que as coisas aconteciam e não falar apenas de reestruturação. O Relatório do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que tinha vindo acompanhado com a Lei nº3/2006, tinha acabado com muitos serviços do Estado. E muitos não tinham acabado ainda pela luta dos

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalhadores e pela luta das populações. Todos sabiam o que se tinha lutado pelo Centro de Saúde de Sesimbra e pelo Centro de Saúde da Quinta do Conde. Portanto, a bancada da CDU iria votar favoravelmente a moção e achava que todos o deviam fazer. -----

-----O **Deputado José Guerra** indicou que quem frequentava a Segurança Social, em Sesimbra, tinha experiências muito interessantes. Quando se ia pela primeira vez, tinham que se dirigir a um gabinete onde estavam 3 pessoas, expunha-se o problema e o problema era enviado para a Assistente Social. Como a assistente social estava apenas 2 dias por semana em Sesimbra, quando o assunto era grave esperavam 15 dias para serem atendidos, mas se considerassem o assunto menos grave esperavam 2 meses. E depois de serem atendidos, a Assistente Social enviava o assunto para Setúbal, porque era de lá que vinha a resposta. E ficava-se a aguardar até se saber se o caso é aceite ou não era aceite, para ser então tratado. Portanto se tinham saído 2500 pessoas, e sem por em causa as pessoas que estavam na Segurança Social, a verdade é que faziam falta mais pessoas no atendimento público, para não se estar meses à espera de uma resposta concreta. E sabia bem do que estava a falar. -----

-----A **Deputada Helena Cordeiro** disse que aproveitava a oportunidade da apresentação da presente moção para sugerir à Câmara, tendo em conta que no próximo dia 19 se ia realizar uma reunião do Conselho Local de Ação Social, que a presente matéria fosse apreciada, para se saber quais os impactos desta medida no concelho de Sesimbra. -----

-----O **Deputado Alain Monteiro** referiu que para que sentissem a perversidade das medidas do Governo nestas estruturas, no presente caso na Segurança Social, mas na verdade em todas as áreas da vida coletiva, bastava pensarem no consumo intermédio do Estado para o Orçamento de 2015 que ia subir bastante. Por exemplo, só em estudos o Estado ia aumentar a verba para 32%, ou seja, 766 milhões de euros. Portanto não se cortava onde se devia cortar, mas corta-se onde não se devia. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou à votação a **Moção “Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social”**. -----

-----A Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, a Moção “Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social”**, e a qual se transcreve: -----

-----*“A Segurança Social é um dos mais importantes legados da História da nossa democracia e do Estado Social, consolidado nos últimos 40 anos, que tem permitido o alargamento da proteção social a cada vez mais cidadãos, quer através do regime contributivo, do regime não contributivo e da ação social.--*



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Deste legado de valor inestimável para a sociedade portuguesa fazem parte os seus trabalhadores e trabalhadoras que todos os dias se empenham para que a Segurança Social responda adequadamente às necessidades dos seus beneficiários. -----

-----Tendo em conta que os serviços do Instituto de Segurança Social, muitas vezes, apresentam grandes dificuldades em responder às necessidades das populações, e que desde 2010 este mesmo Instituto já sofreu uma diminuição do seu quadro de funcionários em 20%, que corresponde a mais de 2.500 funcionários, e tendo em conta que: -----

-----1. O governo está a diligenciar para a colocação na inatividade cerca de 700 trabalhadores da Segurança Social, dos quais perto de uma centena são dos Serviços Distritais de Setúbal; -----

-----2. Não se conhecem as razões de substância que suportam tal medida; -----

-----3. É do conhecimento geral da população as dificuldades dos Serviços da Segurança Social em dar resposta, por falta de recursos humanos; -----

-----4. As autarquias são cada vez mais confrontadas com a procura de respostas, quer no âmbito de combate à pobreza, quer nas respostas de apoio às famílias, e para as quais têm que disponibilizar recursos muitas vezes escassos ou mesmo inexistentes que são do âmbito da Segurança Social; -----

-----5. O governo insiste numa política agressiva contra as famílias, penalizadas com o desemprego e com as medidas de empobrecimento o que também se reflete intensamente na nossa comunidade; -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera: -----

----- A manifestação pública de solidariedade para com os trabalhadores da Segurança Social, em particular os atingidos por esta medida, geradora de uma profunda instabilidade na vida destes funcionários públicos que se dedicam à causa pública, muitos já com uma longa carreira; -----

----- O repúdio desta medida e a manifestação do seu firme propósito de desencadear iniciativas com a finalidade de reverter esta situação que é socialmente injusta, funcionalmente injustificada e, por isso, prejudicial às necessidades das cidadãs e cidadãos e das famílias do nosso concelho. -----

----- A exigência junto do governo para cancelar de imediato este processo e devolver a estabilidade necessária aos trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Social no exercício das funções que lhes são confiadas de serviço público num dos setores mais importantes para a sociedade portuguesa. -----

-----Mais se delibera que esta Moção seja enviada ao Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, à Assembleia da República, à Senhora Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal e à Câmara Municipal de Sesimbra e Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho, às



Assembleia Municipal de Sesimbra

Centrais Sindicais (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional - CGTP-IN e União Geral de Trabalhadores - UGT), bem como seja publicada nos Órgãos de Comunicação Social Local.” -

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** apresentou em nome do MSU a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“O grupo municipal do MSU é frontalmente contra a redução de trabalhadores de forma discricionária e sem qualquer critério. No caso particular dos funcionários da Segurança Social, a opção do Governo em centrar tal redução nos núcleos de operacionais, nos Centros Distritais, é manifestamente errada e discricionária. -----

-----Entendemos que a redução devia ser, em primeira linha, centrada nos cargos diretivos com competências muitas vezes coincidentes e que dificulta o processo decisório dentro da Segurança Social, com claro prejuízo para os cidadãos, em especial para as pessoas e famílias que mais precisam de apoio do Estado. -----

-----Em todo o caso cumpre referir, que em relação à Segurança Social a dificuldade e a incapacidade dos seus serviços em dar resposta às necessidades das pessoas e das famílias, não se prende apenas com a falta de recursos humanos, mas com a deficiente organização dos serviços e a ausência de procedimentos adequados, sem falar na ausência de rigor na atribuição de proteção social. -----

-----Do mesmo mal sofriram há alguns anos atrás, os serviços do Ministério das Finanças. E só com uma política de reestruturação, de reorganização dos serviços e simplificação de procedimentos, foi possível tornar a máquina fiscal mais eficaz e mais eficiente ao nível do seu funcionamento. -----

-----A este propósito e incoerência com as posições que temos defendido, o MSU considera que é necessária uma verdadeira reforma do Estado, de modo a tornar a máquina estatal mais eficiente e mais eficaz, reduzir a burocracia e simplificar processos e procedimentos. -----

-----Só um Estado menos despesista e dotado de serviços públicos organizados, só com uma Segurança Social com políticas, procedimentos e métodos adequados, se pode almejar a um verdadeiro estado social, virado para fora, para uma efetiva proteção social de quem dela mais necessita, e não para dentro. -----

-----Assim, sem prejuízo das considerações supra, concordamos no essencial com a Moção apresentada, pelo que a votamos favoravelmente”. -----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** deu início à apreciação do documento “**Plataforma Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde – Manifesto**”. -----

-----Informou que este documento tinha sido enviado para a Assembleia Municipal por dois elementos da plataforma, aos quais tinha sido demonstrada a disponibilidade dos diversos grupos

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

políticos em apreciar e deliberar o documento na presente sessão. O presente documento para além de ser enviado à Assembleia Municipal também tinha sido enviado à Câmara Municipal, que tinha feito a sua deliberação sobre a presente matéria. Neste sentido podia dizer, que não sendo exatamente subscrito pela Comissão de Líderes, porque havia o prévio conhecimento que o grupo político do PSD não estava de acordo, que o presente documento era subscrito pelos grupos políticos da CDU, PS, MSU e BE. -----

-----Depois deu a palavra aos Deputados Municipais para intervirem. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que de facto o grupo municipal do PSD não ia votar favoravelmente o Manifesto. No entanto também não ia votar contra. O documento continha afirmações que não eram precisas e pouco correspondentes à realidade. Face a isso, abstinham-se na votação. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** referiu, para que não houvesse dúvidas, que o PS votava a favor mas não se reviam integralmente naquele documento. Portanto iriam apresentar uma declaração de voto nesse sentido, que iria ler a seguir à votação. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** transmitiu que o MSU no essencial estava de acordo com o documento, daí o terem subscrito. No entanto existiam algumas frases, algumas expressões, com as quais não estavam inteiramente de acordo. Mas no essencial achavam que estava bem. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** disse que queria dar uma nota, face às intervenções quer do PS, quer do MSU, no que dizia respeito às imprecisões que continha aquele documento. Não teria sido possível que o documento tivesse sido mais trabalhado, mais adequado, mais limpo de imprecisões, para que fosse apresentado ao nível da Comissão de Líderes e fosse subscrito por todos os grupos municipais. Tinham ali um documento, que pelos vistos ia ser aprovado sem votos contra obviamente, mas que toda a gente reconhecia que tinha imprecisões, que tinha sido mal elaborado. Não sabia se o documento poderia ser retirado e ser apresentado numa outra ocasião, mas lamentava que com tantas imprecisões a Assembleia Municipal fosse aprovar um documento sabendo de antemão que não estava correto.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que não fazia sentido manipularem um documento que não era deles. O documento tinha vinha do exterior e o sentido que fazia era se reverem globalmente na crítica ao desmantelamento, aos perigos que corre o Serviço Nacional de Saúde. E cada um dos grupos políticos adotar numa declaração aquilo que julgasse não ser o mais correto no ponto de vista político. E portanto tinha sido essa a linha de rumo para não manipularem o documento, ou então seria um Manifesto da Assembleia Municipal de Sesimbra e não da Plataforma Península de Setúbal.-----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** referiu que o MSU concordava com o espírito do documento. Também achavam que alterá-lo não fazia sentido, porque estariam a violar a integridade de um

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

documento que era alheio. Portanto, como concordavam com o espírito do documento tinham entendido subscrevê-lo. -----

-----**A Presidente da AM** disse que pese embora as questões citadas pelo deputado Mendes Dias e de algum modo justificado por aquilo que era o verdadeiro espírito do documento, que não era da Assembleia Municipal, que lhes tinha sido enviado a solicitar a adesão, tinha ficado claro que havia uma posição global. Portanto ia colocar o documento à votação. -----

-----A Assembleia Municipal **deliberou por maioria**, com 22 votos a favor (13CDU+6PS+2MSU+1BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP, **subscrever o Manifesto da Plataforma Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde**, que se reproduz: -----,

-----*“Um dos pilares fundamentais do regime democrático construído após o 25 de Abril de 1974 foi, sem qualquer dúvida, a criação e desenvolvimento dos serviços públicos e a garantia de direitos sociais, onde se insere a criação do Serviço Nacional de Saúde, sem o qual não seria possível garantir o acesso aos cuidados de saúde pelo povo português.* -----

-----*Esta conquista civilizacional consagrada na Constituição da República, determina o direito à saúde para todos os portugueses, cabendo ao Estado assegurá-lo com qualidade, eficiência e de forma gratuita. --*

-----*Foi assim possível a muitos milhares de portugueses, o acesso, pela primeira vez, a consultas médicas e colocar Portugal no caminho do progresso dos indicadores de saúde, onde se destaca a drástica baixa da taxa de mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida, com importantes resultados na melhoria da qualidade de vida das populações.* -----

-----*Neste processo, os profissionais de saúde desempenharam um papel central e ativo, no sucesso do SNS, na qualidade e eficiência da prestação de cuidados de saúde e na referência a nível mundial que este então se tornou.* -----

-----*No entanto tudo isto tem sido posto em causa pelas políticas seguidas pelos sucessivos governos, designadamente pelo atual, pela introdução, generalização e constantes aumentos das taxas moderadoras, pelo encerramento de serviços de proximidade, unidades de saúde e serviços de atendimento permanentes (SAP), pela criação dos ACE'S, pelo desrespeito e afronta aos profissionais do setor. --* -----

-----*O atual governo do PSD/CDS, com destaque para o Ministro da Saúde Paulo Macedo, é responsável pela intensificação, sem precedentes, da ofensiva contra o SNS.*-----

-----*O desinvestimento público, a privatização de serviços essenciais, o encerramento e concentração dos serviços hospitalares e a redução de serviços e valências, a enorme carência e os ataques aos direitos*

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

fundamentais de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de saúde, administrativos e assistentes operacionais) colocam em causa o futuro do SNS.-----

-----Na região de Setúbal o desinvestimento evidencia-se, também, no esvaziamento do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e do Centro Hospitalar de Setúbal e na não construção do Hospital no Concelho do Seixal (compromisso assumido pelo Governo), pondo em causa a qualidade dos cuidados prestados no já sobrelotado Hospital Garcia de Orta, concebido para prestar serviço a 150 000 utentes e serve atualmente mais de 400.000 utentes nos concelhos de Almada e Seixal.-----

-----A concentração de algumas especialidades ao nível das urgências no período noturno no HGO e em hospitais em Lisboa constitui um retrocesso de décadas, bem como as medidas constantes da Portaria nº 82/2014.-----

-----Continuam por construir as novas unidades de Centro de Saúde em Feijó, Corroios, Foros de Amora, Pinhal Novo, Baixa da Banheira, Alto Seixalinho e Aldeia de Paio Pires, continua por fazer a requalificação de vários Centros de Saúde, bem como, a reabertura de outros Centros de Saúde, designadamente o de Trafaria.-----

-----A região de Setúbal é das regiões do país onde há um maior número de utentes sem médico de família atribuído.-----

-----É neste contexto que avaliamos e criticamos as políticas seguidas para o SNS, de redução e desresponsabilização do Estado, assentes na lógica do “Estado Mínimo”, com o estafado argumento da necessidade de cortar no “despesismo” (que na prática significa reduzir a prestação de cuidados de saúde aos utentes), em nome da resolução de uma crise que os especuladores criaram mas que não são chamados a pagá-la.-----

-----Por mais que o Governo venha dizer que os cortes drásticos no SNS são para a defesa do SNS, a verdade é que estão a conduzir ao seu asfíxiamento e desmantelamento, com vista a entregá-lo a privados, que vêm na saúde e sobretudo na doença, uma oportunidade de grande negócio.-----

-----E assim impedem e dificultam o acesso aos cuidados de saúde à generalidade das populações.-----

-----Com efeito, os aumentos das taxas moderadoras para as consultas e exames complementares de diagnóstico, o aumento dos constrangimentos no acesso aos medicamentos, especialmente dos doentes crónicos e oncológicos, os cortes nos transportes de doentes não urgentes, a falta de condições em unidades dos agrupamentos dos Centros de Saúde, o elevado número de utentes sem médico de família, a não implementação do enfermeiro de família, os elevados tempos de espera nas urgências hospitalares,

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

como é exemplo a situação do Hospital Garcia de Orta, os atrasos nas consultas de especialidade e meios auxiliares de diagnóstico impedem os utentes de poderem aceder, através do SNS, à saúde. -----

-----Perante o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, a violação do direito à saúde para todos os portugueses consagrado constitucionalmente, a retirada de direitos aos profissionais de saúde, é necessário a mobilização de todos para defender o SNS. -----

-----Assim, a Plataforma Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde exige:-----

----- - A defesa e reforço do SNS como serviço público, geral, universal e gratuito, como garantia de acesso a todos em qualidade aos cuidados de saúde; -----

----- O fim da privatização dos Serviços de Saúde;-----

----- O fim da Parcerias Público Privadas; -----

----- - A eliminação das Taxas Moderadoras; -----

----- - Médico e Enfermeiro de Família para todos os utentes;-----

----- - O reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos do SNS necessários para a prestação dos serviços de proximidade e de qualidade; -----

----- A construção de Centros de Saúde em falta na Península de Setúbal, bem como, a requalificação e a reabertura dos equipamentos de Saúde; -----

----- O reforço dos recursos humanos e materiais dos cuidados de saúde primários;-----

----- O reforço dos recursos humanos e materiais de emergência médica;-----

----- A revogação da portaria que impede a utilização de transporte por parte dos utentes; -----

----- A revogação da Portaria nº 82/ 2014; -----

----- A reabertura dos SAP`s; -----

----- O alargamento dos horários dos Centros de Saúde; -----

----- A adoção de medidas para minorar os tempos de espera nas consultas de especialidade e respetivos exames de diagnóstico;-----

----- - A reposição das especialidades nas urgências nos Hospitais da Península, bem como dos serviços retirados;-----

----- A reposição e dignificação das carreiras e remunerações de todos os trabalhadores do SNS (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de saúde, administrativos e assistentes operacionais); -----

----- A construção do Hospital no Concelho do Seixal”. -----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Considerando que:-----
----- - As generalidades das preocupações ora elencadas no presente manifesto são, em regra, comuns aos Municípios da Península de Setúbal:-----
-----E em particular:-----
----- - A falta de médicos nas Unidades de Saúde do concelho de Sesimbra, constitui um problema para o funcionamento pleno das mesmas e conseqüentemente, um grave problema para o bem-estar da população – na UCSP Sesimbra, cerca de 22% dos utentes não têm médico de família e na UCSP Quinta do Conde esse valor sobe drasticamente para 43,9% (dados de outubro de 2014);-----
----- - O subdimensionamento das instalações ou a sua desadequação ao correto funcionamento dos serviços de saúde, designadamente na Quinta do Conde e em Sesimbra, respetivamente; -----
----- A falta de meios de diagnóstico no “SAP” de Sesimbra; -----
-----Importa, contudo, aos Eleitos do Partido Socialista na AM relevar e defender:-----
----- - O reforço de recursos humanos e materiais nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Saúde Familiares (USF), e Unidades de Cuidados Continuados (UCC) e também na área da Saúde Mental, que se mostram imperiosos para o bem-estar da população; -----
----- - A adoção de medidas que visem a adequação das instalações e o reforço dos recursos materiais nas UCSP, USF e Atendimento Complementar (AC);-----
----- - A dignificação das carreiras dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde; -----
----- A construção do Hospital Sesimbra-Seixal (sustentado no estudo aprovado pelo anterior governo para a reorganização das urgências);-----
----- A adoção de medidas que visem a diminuição do tempo de espera nas consultas, exames de diagnóstico e cirurgias.-----
-----Porque pugnámos pelo direito à proteção da saúde, (...) “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito” garantindo “o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação”, por meio de uma “racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde” (artigo 64º, da CRP) , os eleitos do Partido Socialista votam favoravelmente a subscrição do presente Manifesto. “-----
-----O Grupo Municipal do MSU apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----
-----“O Movimento Sesimbra Unida concordando com o espírito do Manifesto e dos graves problemas que levanta em relação ao Serviço Nacional de Saúde, com incidências negativas no concelho de sesimbra

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

e nas suas populações, embora não se reveja em algumas questões levantadas pelo mesmo manifesto, entende votar favoravelmente, sublinhando que o direito à saúde é um direito constitucional consagrado que não deve ser colocado em causa.” -----

-----**O Deputado Fernando Patrício** apresentou, em nome da bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----*“A Bancada da CDU subscreve o manifesto para a criação de uma Plataforma na Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde.*-----

-----*Saúda-mos todas as autarquias, sindicatos, associações, movimentos de utentes e outros movimentos que aderiram ou venham a aderir a esta plataforma.*-----

-----*O Serviço Nacional de Saúde é uma conquista de Abril que nos últimos 35 anos transformou radicalmente a saúde dos portugueses colocando-nos no grupo dos países com os melhores serviços de saúde do mundo, ocupando lugar de distinção no ranking mundial dos serviços públicos de saúde.*-----

-----*O Serviço Nacional de Saúde foi criado pela lei nº 56/79 de 15 de Setembro para assegurar o direito à saúde a todos os cidadãos independentemente da sua condição económica e social. Desta forma fazia-se cumprir a Constituição da República aprovada em 1976 que defendia no seu artigo nº64 a criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito.*-----

-----*Antes da Revolução de Abril a maioria da população não tinha acesso aos cuidados de saúde. Alguns indicadores de saúde expressam bem a realidade daquela época e a realidade atual.*-----

-----*- A taxa de mortalidade perinatal, número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade, era em 1960 de 42, 2 por mil e em 2012 baixou para 4,2 por mil.*-----

-----*- A taxa de mortalidade neonatal, número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade era em 1960 de 28 por mil e em 2012 baixou para 2,2 por mil.*-----

-----*- A taxa de mortalidade infantil, número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, era em 1960 de 77,5 por mil e em 2012 baixou para 3,4 por mil.*-----

-----*- A taxa de mortalidade materna, número de óbitos de mulheres devido a complicações da gravidez, do parto e de puerpério, era em 1960 de 115,5 por cada cem mil e em 2012 baixou para 4,5 por cada cem mil.*-----

-----*- Os novos casos de tuberculose por cem mil habitantes eram em 1960 de 194,5 e em 2011 baixaram para 22,6.*-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A esperança de vida à nascença, número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, era em 1970 de 67,1 anos e em 2011 aumentou para 79,8 anos.-----

-----Apesar do seu importante papel na sociedade portuguesa o Serviço Nacional de Saúde é hoje um alvo a abater para as forças mais retrógradas de Portugal, para aqueles que pretendem transformar a saúde dos portugueses num negócio que visa o lucro e que tem como objetivo a privatização dos serviços. --

-----Em 10 anos foram encerradas mais de 10 mil camas hospitalares. A média de camas em Portugal é de 2,26 por cada mil habitantes quando a média europeia é de 4,9.-----

-----Encerraram-se por todo o país dezenas de centros de saúde, maternidades, serviços de urgência e outros.-----

-----Só a portaria 82/2014 levará ao encerramento de serviços de cirurgia de vários hospitais bem como ao encerramento de mais de duas dezenas de maternidades por todo o país.-----

-----Nos cuidados primários é conhecida a persistente falta de recursos e dos doentes sem médico de família.-----

-----As despesas com a saúde baixaram de 9710 milhões de euros em 2010 para 8043 milhões previstos em 2014 uma redução de 1667 milhões de euros em apenas 4 anos. Mas as parcerias público privadas na saúde tiveram neste período um aumento de 166,8%.-----

-----Este estrangulamento financeiro tem consequências gravíssimas no funcionamento diário dos serviços e põe em risco o tratamento dos doentes. Este estrangulamento financeiro tem ainda como consequência o aumento da dívida da Saúde para valores a rondarem os 3 mil milhões de euros.-----

-----A ADSE por decisão do governo deixou de pagar aos hospitais públicos os serviços prestados aos seus associados, mas os privados receberam 500 milhões de euros.-----

-----Estranho são também os 280 milhões de euros pagos à Cruz Vermelha por serviços que podiam ter sido prestados pelo Serviço Nacional de Saúde.-----

-----É indispensável travar a destruição do Serviço Nacional de Saúde, garantir o financiamento adequado à despesa e o pagamento da dívida. Reorganizar os cuidados primários de saúde. Garantir aos portugueses o acesso à saúde, sem taxas moderadoras, sem listas de espera e a serviços de qualidade com profissionais qualificados.”-----

-----Foi dado início à apreciação da **Moção “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”**, subscrita pelo Partido Socialista e pelo Movimento Sesimbra Unida.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A **Presidente da AM** disse que o documento referia não só o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Mas abordava igualmente aquilo que era o massacre que no mundo inteiro recai sobre as mulheres e ainda as vítimas de violência doméstica.-----

-----Deu a palavra aos deputados municipais, tendo o **Deputado Manuel José Pereira** dito que a Sr^a. Presidente já tinha sintetizado o sentido que, aliás, era perceptível claramente. E não tinham apresentado a moção mais cedo, porque a sessão a seguir ao 25 de novembro era a presente. -----

-----Informou que no Congresso do Partido Socialista, tinha havido um gesto de grande sensibilidade para com as 40 mulheres vítimas de violência, no ano em curso, e em que 7 eram do Distrito de Setúbal. E tinham pedido à atriz Maria do Céu Guerra que lesse o nome dessas 40 mulheres, fazendo mil e tal pessoas um silêncio completo. Portanto, tinha-se entrado na cabeça de toda aquela gente e chamado a atenção para a importância deste fenómeno e do combate que lhe tem que ser feito. -----

-----Por último queria pedir desculpa, por se terem esquecido de referir o envio da moção ao Movimento Democrático das Mulheres e ao Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.-----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** começou por referir que o MSU, enquanto subscritor da moção, não podia deixar de tecer algumas considerações. -----

-----Em relação àquilo que constitui a natureza deste tipo de crime, sendo um crime público exigia por parte das autoridades uma especial atenção, que muitas vezes não acontece, denúncias que eram investigadas, mas depois não tinham o devido acompanhamento. E o que acontecia mais tarde era aquilo que todos os dias viam na televisão. Ainda naquele dia tinha visto um caso de violência doméstica em que o Ministério Público acusou o marido de homicídio e condenou-o por crime de violência doméstica agravada. O homem esbofeteou a mulher, que foi bater com a cabeça numa porta e, uns dias mais tarde, acabou por falecer no hospital. Isto para dizer, que à semelhança daquilo que se faz com os crimes de natureza sexual, a circunstância dos indivíduos não terem um passado criminal, não terem cadastro, não era suficiente para os isentar de uma pena efetiva de prisão. Pensava que ao nível dos crimes de violência doméstica, dada a sua gravidade, em caso de condenação se devia acautelar o cumprimento de uma pena efetiva sempre, mesmo que os indivíduos não tivessem cadastro. Porque são situações muito graves que proliferam na nossa sociedade, que são uma vergonha e infelizmente muito frequentes. -----

-----Outra questão, além da condenação em pena efetiva, devia rever-se também a própria moldura penal deste tipo de crime, que devia ser mais agravada dada a sua gravidade. Um problema social que devia ter um acompanhamento mais permanente. E até sugeriam, uma vez sinalizado o caso, serem



Assembleia Municipal de Sesimbra

tomadas medidas cautelares para acompanhar esse caso, o que presentemente não era feito. Deixando estas notas, naturalmente que iam votar a favor e esperavam que todos votassem. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** disse que o grupo municipal do PSD votaria a favor da presente moção. Apenas queria sugerir o envio da presente moção à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que na moção indicava o envio ao governo, mas concordava que se especificasse e fosse enviada à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. -----

-----O **Deputado José Guerra** citou que a moção tinha questões de grande relevância, como a questão de que juridicamente as penas devem ser mais pesadas. Mas para além das penas mais pesadas para os assassinatos, ou tentativas de assassinatos, deviam ser também para as perseguições. Em que depois do juiz ter proibido o criminoso que se aproxime da vítima, este continua a persegui-la, a maltratá-la e a ir a casa da vítima regularmente. Deviam ter em consideração e deviam ter consciência que tinha havido 40 mortes em apenas 11 meses, que não deviam deixar de estar sempre na memória de todos eles. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou à votação a **Moção**. -----

-----A Assembleia Municipal **aprovado, por unanimidade, Moção “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”**, que se transcreve: -----

-----“No dia 25 de novembro, assinalou-se o Dia internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. -----

-----A violência, nas diferentes formas que pode revestir-se ao longo do ciclo de vida, resultante de fenómenos sociais adversos, contexto de relações interpessoais ou de comportamentos autopunitivos, tem impacto na vida dos próprios e das pessoas que os rodeiam.-----

-----A violência doméstica, nomeadamente contra as mulheres, faz vítimas em todas as condições e estratos socioeconómicos. A evidente consciência pública deste fenómeno social inaceitável é cada vez um fator determinante no tratamento legal e social destas situações. Os números apresentados, no que concerne às vítimas de violência doméstica, são dados que nos devem envergonhar e fazer refletir sobre a sociedade que queremos. Desejamos com certeza uma sociedade mais igualitária e onde os direitos humanos sejam respeitados qualquer que seja o género da pessoa, a sua idade e condição cultural e/ou social.-- -----

-----A violência, os maus tratos, o assassinio de mulheres são um flagelo social e dão da nossa sociedade, do nosso país e, infelizmente, também do nosso concelho, uma imagem negativa e atestam o longo caminho que falta percorrer para chegarmos a uma sociedade que valoriza, dignifica e respeita todos os seus cidadãos.-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Denunciar a violência é forma mais adequada de combater um problema grave, que é das famílias, das redes de vizinhança, das escolas, das empresas, da comunidade em geral.*-----

-----*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 15 de dezembro de 2014, vem:*-----

----- *Lembrar as Mulheres vítimas de violência doméstica no concelho*-----

----- *Apelar ao exercício da cidadania na denúncia de situações de violência*-----

----- *Manifestar repúdio por todas as formas de violência que atentam contra os direitos humanos.*-----

- *Sensibilizar o legislador para a necessidade de revisão das molduras penais aplicáveis ao tipo de crime de violência doméstica no sentido do seu agravamento, e uma efetiva punição para todos os que sejam condenados pelo referido crime.*-----

----- *Alertar as autoridades competentes no sentido de se rever a sua atuação na prevenção e acompanhamento destes casos.*-----

-----*Dar conhecimento à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Departamento das Mulheres Socialistas, Movimento Democrático de Mulheres (MDM), Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Presidência da República, Assembleia da República, Governo, Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura, Ordem dos advogados e aos Órgãos de Comunicação Social Local e Regional.*-----

-----**A Presidente da AM** deu início à apreciação da **Moção “Solidariedade com o Povo da Palestina”**, apresentada pela bancada da CDU.-----

-----Cedeu a palavra à **Deputada Helena Cordeiro** que referiu que como os deputados sabiam, tinham feito uma alteração ao primeiro documento inicial. Essa alteração prendia-se com o facto, de entre o dia do envio da moção até à presente sessão, o Parlamento se ter pronunciado sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, e tinham feito uma alteração na parte deliberativa. Ainda assim, por lapso, tinham deixado no 5º parágrafo uma referência ao Parlamento Português, que naquele momento já tinha sido alterado. Portanto a moção ficava à apreciação dos Deputados.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que lhe parecia que não tinha sido feita a alteração ao 5º parágrafo, como estava na PAMS. Queria fazer ainda outra observação, tinha sugerido que no 3º parágrafo em vez de “*direitos alienáveis*” ficasse “*direitos inalienáveis*”. Pedia desculpa, mas era importante que isso ficasse claro.-----

-----Entretanto a posição do Partido Socialista era adotar a moção, porque era clara e com todo o peso do seu espírito favorável à situação do Estado Palestiniano, mas iriam fazer uma pequena declaração de voto. Porque entendiam, e tinham-no dito no momento de “*negociação*” onde se verificou

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de facto uma diferença clara entre o PCP e o PS, o que era absolutamente compreensível, que devia ser feito um esforço muito grande de todos os países europeus, no sentido que fosse a própria União Europeia, ou a Europa se assim o quisessem, a ter uma postura também em defesa daquela situação. Porque teria muito mais peso do que qualquer Estado Europeu individualmente. Era óbvio que isso não invalidava que os estados tomassem a iniciativa, mas também os partidos deveriam sugerir ao Governo que essas negociações tivessem lugar no âmbito da União Europeia. -----

-----Depois sugeriu que a presente moção, caso fosse aprovada como esperavam, fosse enviada ao Grupo de Amizade Portugal – Palestina, da Assembleia da República, que era multifacetado em termos de representação. Independentemente do que fosse aceite, a bancada do PS votaria a favor, fazendo a declaração de voto no sentido de enfatizar a questão da União Europeia. -----

-----O **Deputado Alain Monteiro** informou que a moção tinha sido enviada já ratificada no presente dia, às 14H00, e o Deputado Manuel José Pereira tinha respondido, ok obrigada. Quanto às alterações do deputado, elas já estavam incluídas. E também já tinha sido acrescentado, a pedido do Deputado Miguel Ribeiro, no antepenúltimo parágrafo, *“bem como o direito de Israel à defesa do seu povo”*. -----

-----O **Deputado José Guerra** referiu que estava de acordo com a Moção e ia votar a favor. No entanto pensava que faltava um pequeno parágrafo sobre a unificação das duas províncias palestinianas, a Cisjordânia e a Gaza, sem fronteiras, e que terminasse o cerco nos mares à Palestina, onde a alimentação, os medicamentos, etc., só era aberto quando Israel entendia. Mas defendia que fossem dois estados autónomos, independentes e democráticos. E para isso, havia território entre a Cisjordânia e a Gaza, que era ocupado por Israel, que já tinha sido aprovado duas vezes pela ONU que deviam ser retirados, e isso nunca aconteceu. Portanto era este parágrafo que achava que era importante referir. ---

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que a bancada do PSD ia votar a presente moção. Mas também comungavam da posição do deputado Manuel José Pereira, se houvesse efetivamente uma posição unanime da União europeia teria muito mais força. No entanto, todos ali sabiam como tinha nascido Israel, mesmo reconhecendo o Estado da Palestina, tinha séria dúvidas que este problema fosse resolvido, porque a presente situação ultrapassava tudo o que se pudesse imaginar. Porque tinha também um pouco a ver com a parte cultura e religiosa. Portanto, mesmo com o reconhecimento do estado de plenos direitos, iria ser sempre uma chaga naquele espaço.-----

-----O **Deputado Tiago Aragão** disse que gostaria de salientar, primeiro, como dizia na própria moção e estava previsto na Constituição da República Portuguesa, defendiam que de facto existe o princípio da independência nacional. E o princípio da independência nacional tanto servia para a Palestina, como para

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Israel, como para Portugal. E Portugal ainda não é um protetorado da União Europeia, é um estado autónomo, independente, com direito à palavra internacional e devia-se assim pronunciar-se em nome próprio sobre estas matérias. Não se opondo obviamente ao pronunciamento da Comunidade Europeia, mas isso não estava na competência da Assembleia Municipal, mas sim do Parlamento Europeu. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** indicou que o MSU também iria votar favoravelmente a moção. Depois disse que queria deixar um comentário às palavras do seu colega Deputado Tiago Aragão, compreendia perfeitamente que se podia ter ido um bocadinho mais longe na moção para se fazer o devido enquadramento daquela situação em termos de União Europeia, não obstante Portugal ser um estado autónomo, cria que Portugal pertencia à União Europeia, logo, a presente questão também devia ser vista ao nível da EU, não apenas ao nível da ONU como referia na moção. No entanto o texto merecia o acordo do MSU, inclusive, sugeriam algumas alterações e melhoramentos, pelo que iam votar favoravelmente. -----

-----Terminadas as intervenções, a Presidente da AM colocou a Moção à votação. -----

-----A Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, a Moção “Solidariedade com o Povo da Palestina”**, a qual se reproduz: -----

-----“*Segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, com a designação do ano 2014 como Ano Internacional para a Solidariedade com o Povo Palestino no seu desejo de alcançar a soberania e a paz, pretendia-se assinalar e reforçar a importância das negociações de paz entre a Palestina e Israel.-*

-----*Ban Ki-moon apelou à comunidade internacional para trabalhar em conjunto, de forma a traduzir a solidariedade expressa nessa ocasião em ações positivas pela paz e pela justiça. Em resposta ao apelo de Ban Ki-moon, iniciaram-se negociações entre os dois Estados, que deveriam ter constituído um passo para a construção de uma paz duradoura. -----*

-----*Contudo, após 47 anos de conflitos e de várias tentativas frustradas para alcançar a paz, a independência e o progresso da região, é para os homens e mulheres de boa vontade, uma certeza de que, a Paz, só será possível se forem considerados os direitos inalienáveis de ambos os Povos. -----*

-----*Deverá a comunidade internacional interpretar a solidariedade como um valor que transcende o apoio financeiro, pois é fundamental que os povos da Palestina sintam que não foram abandonados, apesar de viverem refugiados na sua própria terra há mais de seis décadas. E que há um número crescente de nações, cujos povos não se vergam à tentativa de domínio dos interesses económicos, fundamentalismos religiosos e geoestratégicos sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. -----*

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Sobre esta matéria, o Estado Português ainda não se pronunciou, sendo expectável que o fizesse antes que o ano de 2014 termine e que a conclusão seja justa, humanitária, responsável e promotora da paz. Uma decisão semelhante, faria jus à nossa recente democracia, conquistada há quatro décadas com o contributo e a solidariedade de outros Povos.*-----

-----*O reconhecimento desse contributo ficou plasmado no número 1 do Art.º 7º da Constituição da República Portuguesa, onde se lê o seguinte: “Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.”*-----

-----*Todavia, não devemos concluir que é suficiente o reconhecimento da necessidade de garantir a paz. A solidariedade com o povo palestino e Israelita passa por esclarecer continuamente o povo português sobre a dramática realidade na Palestina e mobilizar a solidariedade ativa, denunciando em particular os crimes, as guerras e as violações de direitos, cometidas pelo governo de Israel e por movimentos extremistas palestinianos contra populações indefesas.*-----

-----*Assim, na convicção de que expressa o sentimento de solidariedade dos Sesimbrenses em relação à luta pela paz, pela soberania e por uma vida digna para os Povos Palestino e Israelita, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de dezembro de 2014, delibera o seguinte:*-----

-----*Recomendar ao Governo português o reconhecimento do Estado da Palestina e o direito do povo palestino «à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento», bem como o direito de Israel à defesa do seu povo e que, em particular, exijam o cumprimento das numerosas resoluções da ONU sobre os direitos de ambos os povos;*-----

-----*Recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra a realização de ações promotoras de uma solidariedade ativa e atenta dos Sesimbrenses para com o Povo Israelita e Palestino, em parceria com organizações da sociedade civil e com a participação dos representantes políticos da Palestina e de Israel em Portugal.*-----

-----*Dar conhecimento da Moção, ao Sr. Primeiro-ministro; Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Grupos Parlamentares na Assembleia da República, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Embaixada da Palestina em Portugal, Embaixada de Israel em Portugal, Movimento pela Paz na Palestina e no Médio-Oriente (MPPM), Conselho Português*



Assembleia Municipal de Sesimbra

para a Paz e Cooperação, Comissão Nacional de Justiça e Paz, Grupo de Amizade Portugal - Palestina da Assembleia da República, Comunicação Social Regional e Nacional”.-----

-----Seguidamente o **Deputado Manuel José Pereira** disse que para não se perder tempo, entregaria no dia seguinte a Declaração de Voto da bancada do PS.-----

-----Sendo a **Declaração de Voto** a que se transcreve: -----

-----“*Considerando que o PS, bem como todos os seus eleitos na AM de Sesimbra, concordam e subscrevem em absoluto o direito do Povo Palestino ao seu Estado soberano e autónomo, bem como todos os esforços da comunidade internacional pela Paz no território e pela necessária solidariedade ativa, votamos a Favor da presente proposta.*-----

-----*Sendo certo que incumbirá ao governo, em nome do Estado, a declaração do reconhecimento do Estado da Palestina, tão breve quanto possível.*-----

-----*Contudo também entendemos que, para Portugal, isso deve ainda representar uma tomada de posição forte no seio da UE, para que comece por aí um trabalho de diplomacia humanitária e económica, que determine uma posição clara da Europa e dos seus Povos em relação a esta causa da Humanidade, sem a qual qualquer posição adotada por cada Estado Europeu individualmente, não terá quaisquer consequências palpáveis.”*-----

-----Depois a **Presidente da AM** passou ao documento seguinte, a **Moção sobre a “Alteração do Horário de Funcionamento do Centro de Saúde de Sesimbra”**, apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

-----Disse que a moção referia essencialmente o horário do atendimento no Centro de Saúde de Sesimbra, tendo o deputado do BE baseando-se essencialmente no comunicado da Câmara Municipal de Sesimbra sobre a alteração do horário do Centro de Saúde e naquilo que tinham sido as negociações e intervenções da Câmara. Contudo, o Deputado José Guerra colocava algumas situações da sua própria vivência que não se tornavam claras. E como se tratava de uma moção, também não era claro naquilo a que chamava o dever da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de dar conhecimento, quando todos sabiam que o que estava ali em causa era já com base no comunicado e na informação que a Câmara Municipal prestou aos seus municípios.-----

-----Deu a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse, que como o comunicado falava também na dificuldade, em muitos casos, das pessoas terem acesso ao INEM, e isso tinha acontecido consigo e o resultado foi deixarem-no de canadianas para o resto da vida, tinha exposto a situação na moção. E se houvesse um serviço de urgência 24 horas por dia, no Centro de Saúde, o médico podia automaticamente fazer uma avaliação do estado de saúde da pessoa e teria 2 soluções imediatas. Ou tentava estabilizar o

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

doente se o caso permitisse, ou telefonaria para o INEM, dava as explicações corretas, dizia que era urgente e o INEM levava o doente para o sítio certo. -----

-----Quanto ao dever da Câmara e da Assembleia disse que de facto a frase não esta bem, aquilo que queria dizer é que era importante que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal dessem conhecimento destes casos a todos os munícipes, que se iriam agravar com a alteração de horário, e que apelassem à união para se operem a esta decisão do governo.-----

-----O **Deputado Alain Monteiro** disse que a bancada da CDU lamentava a situação e o infortúnio do colega José Guerra. Quanto ao presente documento sugeriam qua baixasse à Comissão “3”, uma vez que já tinha havido movimentações entre a Câmara e o Sr. Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida. Achava mais proveitoso baixar à Comissão e esta acompanhar os desenvolvimentos sobre a questão em causa e a partir daí fazer um novo documento mais atualizado, com mais força que o presente e trazer então à Assembleia Municipal. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou à votação a **Moção “Alteração do Horário de Funcionamento do Centro de Saúde de Sesimbra”**. Tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade**, mediante aceitação do proponente, **baixar a Moção à Comissão Sociocultural e Segurança dos Cidadãos**.-----

-----A **Presidente da AM** deu início à apreciação do documento sobre a **“Resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015”**.-----

-----Informou que este documento tinha sido enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) quanto à sua apreciação sobre o Orçamento de Estado e onde colocava algumas questões quanto à sua discordância e à sua reafirmação sobre um quadro legislativo mais adequado às autarquias. E também sobre a realização de um Congresso no 1º. Trimestre de 2015. Estes documentos como era hábito eram apreciados ao nível da Assembleia Municipal, daí que estivessem presentes para que deliberassem no sentido de subscrever as deliberações que Conselho Geral da ANM tomou. -----

-----Perguntou se algum deputado queria intervir, mas como ninguém se manifestou colocou à votação o documento.-----

-----A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, subscrever a Resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015**, cuja parte deliberativa a seguir se transcreve:-----

-----“a) Reiterar a sua posição clara e inequívoca de discordância relativamente à PLOE/2015;-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----b) *Salientar a necessidade de um quadro legislativo estável aplicável às autarquias locais nas áreas administrativas e financeiras, que propicie uma gestão correta e coerente dos seus recursos, quadro esse que seja respeitador do papel preponderante que os municípios têm na sociedade portuguesa e que valorize o papel imprescindível dos eleitos locais na prossecução dos interesses e anseios das populações;*

-----c) *Exigir o fim das intervenções governamentais que limitam cada vez mais a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios, constitucionalmente consagradas;*-----

-----d) *Reiterar que só com o respeito pelo princípio constitucional da autonomia local é que os problemas com que se debatem as populações podem ser ultrapassados e garantidas a satisfação das necessidades públicas coletivas;*-----

-----e) *Realizar o Congresso de 2015, em data antecipada, para o primeiro trimestre desse ano.”*

-----A **Presidente da AM** deu início à Moção apresentado pelo Bloco de Esquerda, **“No Dia 25 de novembro comemorou-se o Dia Internacional Contra a Violência sobre as Mulheres”**. -----

-----Referiu que o documento focava não só o aspeto da referida situação social de grande massacre, mas sobretudo os reflexos que tinham no Distrito de Setúbal. Para além disso eram colocadas considerações que lhes pareciam que deviam ser rescritas. Pedia desculpa ao colega José Guerra por esta observação, mas havia designações no documento que deviam, no seu entender e julgava que no entender do órgão assembleia, ser mais explícitas, na medida em que diz: *“Os condenados por assassinato comprovado devem ter pena de prisão efetiva e as condenações por violência repetida sobre as mulheres devem dar origem a medidas eficazes que evitem a aproximação do agressor em relação à vítima, nomeadamente a utilização de pulseira eletrónica.”* Ou seja, não sabia se esta era uma questão para a Assembleia deliberar, ou se era uma questão de conteúdo em termos de consideração. -----

-----Perguntou ao proponente, uma vez que não estava claro, quais os pontos sobre os quais a Assembleia Municipal devia deliberar. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que quanto às questões jurídicas competia a uma alteração ao código penal, agora a proposta podia ser da Assembleia Municipal quando referia que devia ser enviada ao Supremo Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Ordem dos Advogados, à Procuradoria-Geral da República e a outros órgãos que a Assembleia Municipal considerasse relevantes. -----

-----O **Deputado Alain Monteiro** disse que partilhavam das mesmas preocupações e gostava de sugerir ao Deputado José Guerra, ou baixava à Comissão de Líderes para melhorarem a moção, ou então retirava a parte que a Sr^a. Presidente leu sobre os condenados. A intenção da bancada da CDU era votar favoravelmente o documento, mas achavam que devia ser melhorado. -----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que a bancada do PSD sugeria ao Deputado José Guerra que retirasse a moção e que esta baixasse à Comissão de Líderes para ser melhorada, tendo também em consideração que aquela assembleia já tinha deliberado uma moção sobre a violência doméstica.-----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** referiu que o MSU achava que retirando as expressões que constavam no documento, por exemplo, *“complacência machista de muitos juízos”*, que iria criar um conflito com o poder judicial e não era o que se pretendia, nem era esse o objetivo, aquilo que sobrava já o tinham analisado na outra moção. E o que recomendava ao colega José Guerra era que retirasse a moção, ou então em alternativa que se pudesse analisá-la com mais equidade, com mais precisão, ao nível da Comissão de Líderes. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que não fazia uma análise de todos os juízes, fazia uma análise da complacência machista de muitos juízes e isso era visto quando se falava nas condenações. Como o caso da rapariga que levou 7 facadas e o agressor apanhou 5 anos de pena, mas passado ano e meio estava na rua. E depois verificavam-se os casos de suicídio que todos sabiam. -----

-----A **Presidente da AM** questionou ao Deputado José Guerra se ele concordava, ou não, em retirar a proposta para que esta fosse reapreciada e organizada ao nível da Comissão de Líderes. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que podia retirar a moção, mas não iria alterar grande coisa em relação ao método de linguagem. Podiam compor melhor a proposta para votação, sem dúvida, agora, passar paninhos quentes pôr cima deste tipo de crimes era continuarem a aceitar, era serem cúmplices com aquilo que se estava a passar, era deixar andar as coisas e ninguém tomar posições. -----

-----Depois a **Presidente da AM** indicou, com o consentimento do proponente, que a moção era retirada da presente sessão para ser redefinido de uma forma clara qual era de facto o seu teor, e seria apresentada na próxima sessão. -----

-----Seguiu-se o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**, no qual interveio o Pastor **Tiago Afonso, da Igreja Evangélica da Ação Bíblica de Sesimbra**. Sendo a sua intervenção a que se transcreve: -----

-----*“Querida desejar boa noite e apresentar os meus cumprimentos aos eleitos, aos funcionários e ao público aqui presente.*-----

-----*Eu estou aqui em representação da Igreja Evangélica da Ação Bíblica de Sesimbra, que desde os anos 30 se reúne numa sala na Rua Amália Frade, mesmo junto ao centro da Vila, mas de há 15 anos para cá reunimos na nossa sala, mesmo à entrada da Vila de Sesimbra, junto à Estação de Serviço da GALP.*---



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Somos uma Comunidade Cristã Evangélica, que é membro da Aliança Evangélica Portuguesa. O nosso propósito, ao estar aqui esta noite, é dar a conhecer a Vossas Excelências que estamos a interceder, a orar, junto de Deus, por vocês, como nossas autoridades constituídas, conforme o Apóstolo Paulo, na Bíblia, na sua declaração descrita na primeira carta de Paulo a Timóteo, capítulo 2, nos motiva a fazê-lo. Estamos a interceder junto de Deus por V. Exas, para que possam fazer bem a tarefa que vos está proposta, que sabemos ser uma tarefa árdua. -----

-----E queremos também informar, que como Comunidade estamos dispostos a continuar a colaborar com os órgãos autárquicos em prol do bem comum como temos feito até aqui. -----

-----Para que esta tarefa árdua seja bem-sucedida, sugerimos que a Bíblia Sagrada possa ser uma base das decisões de cada um, bem como dos destinos do concelho. E que esta mesma Bíblia vos possa aproximar de um relacionamento com Deus, criador, por meio do que Cristo fez por cada um de nós. -----

-----A fim de marcarmos esta ideia, e também em tempo de época natalícia, nós temos uma pequena lembrança, que como Comunidade gostaríamos de oferecer a todos os eleitos e aos funcionários desta Assembleia Municipal. É uma Bíblia ilustrada, que tem a particularidade de ser uma tradução em linguagem atual, que é aprovada pela Igreja Católica Romana, pelas Igrejas Evangélicas e restantes denominações cristãs em Portugal. Bem como um pequeno guia bíblico para a orientação da interpretação da Bíblia e um folheto que explica um pouco da história da nossa comunidade. -----

-----Termino a minha intervenção, desejando em nome da Igreja uma Feliz Natal a todos os presentes e um Próspero ano 2015-----

-----Muito agradecido pelo tempo disponível.” -----

-----A **Presidente da AM** agradeceu ao Pastor Tiago Afonso a participação e disse que no Período de intervenção aos Cidadãos poucas eram as vezes em que tinham o privilégio de alguém lhes oferecer, porque quase sempre vinham pedir. Portanto agradeciam a oferta, a participação e a presença e faziam-lhe também um pedido, que viessem sempre às sessões da Assembleia Municipal, porque os assuntos e os debates que constavam da ordem de trabalhos eram sempre importantes ser do conhecimento da igreja Evangélica. -----

-----Foi dado início ao **“PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** passando-se à apreciação do ponto **3. “APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL”**.-----

-----A **Presidente da AM** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para fazer a explanação deste ponto.



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Presidente referiu que tendo em conta aquilo que tinham conversado na última reunião sobre o Regimento da Assembleia Municipal, não iria falar do que constava naquele relatório, iria apenas dar conhecimento de três assuntos que tinham ocorrido posteriormente. -----

----- - Um conjunto de reuniões com a Sr^a. Vereadora Cláudia e o Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida (ACES Arrábida), sobre o Centro de Saúde de Sesimbra. Na última reunião, como a Sr^a. Vereadora não estava ao serviço, tinha sido ele a ir à reunião. E foi nessa reunião que foi discutida a alteração ao horário do Centro de Saúde de Sesimbra e foram feitas várias propostas. Mas o máximo que tinham conseguido foi que o prolongamento de até às 21H00, ficando no entanto a promessa de uma reavaliação do horário caso se viesse a justificar.-----

-----Nessa reunião também tinham sido informados, que o ACES estava a ponderar seriamente em transferir o Centro de Saúde de Sesimbra para outro local, porque as instalações não têm condições e porque a Santa Casa da Misericórdia pedia um aumento substancial da renda. E estavam a ser ponderadas duas hipóteses, ou a utilização do edifício situado na Rua Aníbal Esmoriz, por proposta da Câmara Municipal, ou em alternativa, o edifício do antigo dispensário, na rua Amélia Frade. E se o Centro de Saúde viesse a avançar em Sesimbra no novo modelo, estavam a ponderar a constituição de uma Unidade de Saúde Familiar, (USF) mas uma USF com contrato específico, com os horários como os que estavam ainda em vigor, inclusive ao fim-de-semana com prolongamentos de horários. Na Quinta do Conde como a USF era modelo B, que quer dizer que os médicos são mais bem remunerados e que garantem uma assistência a um número superior de doentes, que o modelo A, existia a perspetiva de uma segunda USF, utilizando o espaço da atual Unidade de Saúde Pública (USP), com a contratação de 4 médicos, que permitiria garantir totalmente a assistência aos doentes sem médico de família. Portanto eram estas as perspetivas que lhe tinham sido avançadas, esperavam que se viessem a confirmar. -----

-----Informou que tinha reunido com o Conselho de Gestão da Comarca de Setúbal, 2 juízes e 1 Procurador, a pedidos destes, e tinha sido surpreendido com a seguinte informação: Que não estava totalmente de parte a possibilidade da melhoria das instalações do Tribunal de Sesimbra. Porque o Tribunal de Setúbal não tinha condições para acolher as valências que lhe tinham sido atribuídas pela nova reforma judiciária, designadamente, o tribunal de comércio, o tribunal de execuções e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal. Como o Tribunal de Execuções estava em Alcácer mas era transitório, encaravam como possível as três valências, ou parte delas, virem a instalar-se no concelho de Sesimbra. -----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perante esta informação, disse-lhes que estava muito zangado com o atual Governo pelas decisões tomadas relativamente à reforma judicial, porque a Câmara Municipal tinha disponibilizado um terreno e assinado um protocolo, há 5 anos atrás, para a instalação de um Tribunal, em Santana. E que em vez da construção do novo Tribunal ainda desclassificaram o Tribunal de Sesimbra, e que a Câmara até ia pedir a devolução do terreno. E a resposta dos responsáveis pela Comarca, foi que não sabiam que tinham um terreno em Sesimbra, já registado a favor do Instituto da Justiça, mas que ficavam muito satisfeitos com a informação. No final quiseram levar cópia da escritura e do protocolo, e ficou a expectativa da possibilidade de retomar o projeto de um Tribunal em Sesimbra. -----

-----Por fim, o Presidente da Câmara disse que queria chamar a atenção para um conjunto de eventos, que não tinham a ver com a atividade mas mais com a valorização que a Câmara procurou dar este ano às comemorações de Natal e Ano Novo. -----

----- - Concertos de natal, galas de natal, amostras de doces de natal, decorações de Natal em todas as freguesias do concelho; -----

----- Uma pista de gelo no Parque da Vila, na Quinta do Conde, de 19 de dezembro até 04 de janeiro, e que no período da manhã teria entrada gratuita para estudantes.-----

----- O reveillon que este ano teria um impacto superior, mantinha-se a iniciativa do mergulho, com 20 mergulhadores garantidos, mas o espetáculo de pirotecnia seria feito a partir de três pontos diferentes, Praia do Ouro, Pontão e Praia da Califórnia, o que iria abranger toda a marginal, mas também com música em toda a marginal. E para isto tinham tido a colaboração do “Hotel do Mar” e do “Hotel Sesimbra e SPA”. -----

----- Um espetáculo de música salsa, na Fortaleza de Santiago, que teria a temática “Sesimbra é Peixe”. Em que a entrada seria paga, mas seria feita uma oferta de um elemento alusivo à Temática “Sesimbra é Peixe” a todas as pessoas que entrassem. -----

-----E por último, as festividades do Dia dos Reis, no dia 6 de janeiro de 2015. Portanto um conjunto de eventos muito importantes que gostava de dar conhecimento aos deputados da Assembleia Municipal e que gostava que os divulgassem porque seria importante para o concelho.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da CM, a **Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados.

-----A **Deputada Ana Paula Gato** referiu que esperava que as boas notícias se concretizassem. No entanto gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que na Rua Amélia Frade existe um exemplar único da arquitetura na área da saúde, anos 40, 50, aliás, que vinha quase desde o início do século com a Fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos. E portanto o antigo dispensário antituberculoso de

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, era um dos poucos resistentes em termos de arquitetura dos serviços de saúde. E seria bom poder manter-se alguma coisa do testemunho que foi a passagem de determinadas instituições pelo concelho de Sesimbra, que tiveram uma atividade relevante e tiveram serviços muito meritórios. Portanto era um edifício que guarda também a memória do que foram os serviços de saúde em Sesimbra, em termos de espaço e de perfil arquitetónico em Sesimbra e no país. Depois gostaria de dizer, que obviamente que o Partido Socialista se congratulava com todas as boas novidades e com a boa vontade do diretor do ACES Arrábida, se bem que não sabia se a sua boa vontade corresponderia às verbas necessárias para isso. Mas aguardariam com esperança porque era Natal. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que gostaria de ter alguma informação sobre a reunião com o Sr. Presidente da Câmara e a Turifórum, no dia 20 de outubro, referente ao Regulamento do Turismo; E duas reuniões com a Sr^a. Vice-presidente, uma com a Efimóveis sobre Cotovia Parque; e outra com o Colégio Internacional Secundário. -----

-----Quanto à informação financeira, congratulava-se pelo modelo que era enviado de acordo com aquilo que tinham combinado na Assembleia, embora houvesse algumas repetições, mas eram questões a melhorar no futuro. -----

-----Em relação ao ROC disse que não lhe parecia que tivesse muita lógica, nem era sequer justificável, chegar naquela data o relatório do 1º semestre. E gostava de saber as razões porque isso aconteceu. Em relação à leitura tinha uma dúvida, a Câmara tinha, ou não, de elaborar balanço e demonstração de resultados a meio do ano, era referido pelo ROC que não tinha sido feito, mas não referia se era ou não obrigatório. Também referia que havia 15 meses para a reversão do terreno do campo de futebol, gostaria de ser esclarecido porque já estavam muito próximos do fim do prazo. -----

-----Relativamente ao Centro de Criação de Empresas falava-se em normas e programa, não sabia se era possível mas era interessante a Assembleia ter acesso à documentação. Assim como relativamente ao Gabinete de Economia Local e Pescas, o processo de incentivos de investimentos e de fixação de empresas, gostaria de saber extamente do que se tratava. -----

-----Indicou que o elevador do estacionamento da Califórnia estava parado há muito tempo, não sabia se o protocolo que existia entre a Câmara Municipal e o empreendimento previa que estivesse parado por períodos tão longos, gostaria de saber alguma coisa sobre isso. -----

-----Perguntou se a Câmara estava a estudar alternativas, uma vez que os promotores do festival Super Rock Super Bock decidiram sair, de poderem vir a ter um espetáculo idêntico naquele espaço. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que tinham recebido uma resposta da Câmara, a uma documentação que um munícipe da Lagoa tinha entregado a todos os Líderes, e dizer como comentário que a resposta da Câmara lhe parecia dar satisfação integral às questões do munícipe e que o assunto tenderia a poder ficar arrumado. -----

-----Transmitiu que existiria um Lar de Idosos, que provavelmente não seria da competência da Câmara mas julgava que era importante terem conhecimento, chamado "Lar da Abadessa", que lhe parecia que não estava muito bem cotado pela forma como tratava as pessoas. Gostaria de saber se a Câmara tinha algum conhecimento sobre o que se estava a passar. -----

-----Chamou a atenção para um terreno que esteve vedado, que presentemente já não estava que pertence à "Efimóveis". O terreno estava devassado e tinha lá uma grua enorme, o que constitui um perigo enorme, porque os miúdos tentavam ver quem chegava mais alto na grua. E portanto pensava que deviam tomar algumas providências. -----

-----Citou que nas primeiras chuvas de novembro tinha havido alguns problemas, quer na Escola Básica de Sampaio, quer no Pavilhão de Sampaio, e neste ainda a falta de água quente para os duches. Gostaria de saber se entretanto já tinham sido tomadas algumas precauções. -----

-----Gostaria de saudar uma notícia que tinha saído no Jornal "O Sesimbrense", recentemente, da criação de um gabinete de mediação, na Vila de Sesimbra, com o apoio da Liga dos Amigos de Sesimbra, naturalmente que era uma matéria de certa forma complementar da intervenção do Tribunal, a preços muito mais baratos para as pessoas, e que com a crise que havia por causa do novo Mapa Judiciário era de saudar e também de incentivar a sua abertura nas outras freguesias do concelho. -----

-----Citou que estava referenciado um problema, que eventualmente já teria sido resolvido, de eventual conflito na piscina de Sesimbra, entre aquilo que era o tempo da Câmara e o tempo que o Grupo Desportivo tem para a competição. Gostaria de saber o que se passava e se era grave ou não. -----

-----Quanto à pista de gelo disse que quando leu o boletim municipal tinha ficado com a ideia de que era um explorador privado que tinha instalado ali um negócio, mas depois da informação do Sr. Presidente da Câmara gostaria de saber se era uma despesa muito dispendiosa para a Câmara, embora se percebesse que os miúdos em época de Natal pudessem ter a oportunidade de uma alegria que infelizmente ao longo do ano tinham dificuldade em dar-lhes. De qualquer modo deviam ter cautela com isso, até porque quedas no gelo eram perigosas. -----

-----Por fim, gostaria de saber se a Câmara já tinha encetado algumas demarches relativas ao Dia da Marinha. E disponibilizar-se para qualquer coisa que fosse necessário, porque como deviam calcular, por ter feito essa proposta tinha alguns contactos. -----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que na última reunião da Comissão “3”, através do Dr. Jonas Cardoso, tinham sido informados de que a Câmara iria ter uma reunião com um grupo de investidores russos. Gostariam de saber se já tinha havido a reunião e, se houve, quais os resultados da mesma. -----

-----Depois informou que existia uma passadeira junto ao Restaurante Leão Douro e os Bombeiros Voluntários, na Quinta do Conde, que tinha uma lomba e estava identificada. No entanto a Câmara Municipal tinha-se esquecido de tirar a tinta na passadeira anterior, as pessoas não identificavam a verdadeira passadeira e atravessavam ainda naquela, e isso muitas vezes originava grandes travagens. Portanto gostaria que a Câmara tomasse atenção a essa situação e mandasse retirar a tinta da passadeira, para evitar que algum dia haja um problema grave. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** começou por dizer que congratulavam-se com as informações do Sr. Presidente da Câmara, quanto à possibilidade da instalação de uma USF- Unidade de Saúde Familiar, em Sesimbra, e a possibilidade da alteração dos horários, logo, o melhoramento da prestação de cuidados de saúde à população de Sesimbra. O que significava que os serviços e o Governo não eram completamente surdos, por vezes tinham era que insistir, insistir, insistir. E sem dúvida que o mérito era do Sr. Presidente da Câmara e da Sr^a Vereadora que tinha o Pelouro da Saúde. Aquilo que podia dizer, era que o Grupo Municipal do PSD faria o seu trabalho de casa no sentido de ajudar a Câmara Municipal para que os municípios de Sesimbra tivessem melhores condições de prestação de cuidados de saúde. -----

-----Depois disse que era absolutamente surreal que uma entidade na área da justiça, como o Tribunal, não tivesse conhecimento que havia um protocolo celebrado, divulgado, há algum tempo, de que a Câmara Municipal tinha disponibilizado um terreno para as instalações do novo Tribunal. E também aí, a bancada do PSD faria o seu trabalho, e com algum humor à mistura, dizendo que efetivamente a Câmara Municipal gostaria de receber o terreno de volta, ou então que pagassem os juros devidos por terem um terreno sem dar lucro nenhum. Portanto, gostariam que ficasse claro que fariam todas as dermaches possíveis, no sentido de poderem concretizar em 2015 aquilo que todos eles gostariam que tivesse sido há mais tempo, mas que presentemente era possível. Porque parecia que havia uma luz ao fundo do túnel, muito provavelmente pelas condições em que o País hoje se encontrava, muito diferentes daquelas em que se encontrava a três ou quatro anos atrás. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** disse que a primeira questão que queria colocar era a seguinte: a sua filha estudava na Escola de Sampaio e a sua esposa como encarregada de educação tinha recebido uma informação de que haveria um possível rapto de uma jovem e para terem atenção aos seus filhos. Gostaria de saber se a Câmara tinha conhecimento desta situação, ou se era uma preocupação

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

infundada, porque também não sabia se tinha sido apenas a sua esposa que tinha recibo, ou se tinha sido todos os encarregados de educação daquela turma. Pensava que a Sr^a. Vereadora devia saber melhor do que ele e agradecia-lhe um esclarecimento para ficar mais descansado. -----

-----A outra questão que queria colocar referia-se à toponímia na Lagoa de Albufeira, sabia que competia à junta de freguesia do Castelo tratar disso, mas depois a Câmara Municipal tinha que fazer a transferência, não sabia se havia algum *timing*, mas julgava que os nomes já estavam definidos para se poderem colocar as novas placas. -----

-----Alertou para a curva junto ao Moinho, quando se vai para a Azoia, que está sempre cheia de lama quando chove muito, não sabia se era possível que os serviços da Câmara periodicamente passassem por lá e fizessem uma lavagem. Porque o declive era grande e com lama era bastante perigosa aquela curva. -

-----Perguntou se era possível, enquanto não houvesse a nova Unidade de Saúde Familiar, articular os dois Centros de Saúde, Santana e Sesimbra, para que o serviço de urgência fosse prestado só por um dos centros, ou seja, maximizar os recursos enquanto não houvesse uma decisão definitiva. Porque parecia-lhe que não havia urgências em Santana. E dizia isto porque quando ia a uma urgência a Santana, não ia ao seu médico de família, ia ao médico que estava de urgência, portanto era-lhe indiferente ir a Santana ou a Sesimbra. E portanto talvez pudessem através dessa congregação de esforços alargar o período e melhorarem o tempo das urgências, nomeadamente no verão e nos fins-de-semana. -----

-----Indicou que havia um lapso no texto do ROC – Relatório Oficial de Contas, na página 14, quando referia que o cabimento das despesas eram 56% do orçamentado. Era evidente que as despesas eram muito menos, 37%, mas quem lia só o texto ficava com a impressão que a Câmara estava a exceder largamente. Portanto era só um alerta para que o revisor, ou auditor, quando fizesse os relatórios ler bem os números, para não colocar informação incorreta. -----

-----Quanto à atividade da Sr^a. Vice-presidente disse que gostaria de saber, qual tinha sido o resultado da reunião de 14 de outubro com a Direção Geral de Finanças, referente à proposta de permuta de terrenos com o Estado.-----

-----O **Deputado Francisco Jesus** citou que se congratulavam pela inauguração recente dos balneários do Grupo Desportivo de Alfarim, mais uma obra importante na freguesia e no desportivo.-----

-----Congratulavam-se também por uma decisão que não sendo da Câmara, pensavam que vinha influenciar sobretudo o concelho de Sesimbra, embora fosse uma decisão tomada há algum tempo atrás teria efeitos a partir de 2015, que era a “comercialização” do produto Arrábida por parte da Entidade Regional do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No âmbito do Plano de Intervenção de Repavimentações, que tem um valor considerável no orçamento do próximo ano, disse que era importante a Assembleia Municipal ter a programação identificada desses arruamentos para que pudessem acompanhar. -----

-----Depois disse que não sendo aquele o momento, gostaria de assinalar a passagem em Sesimbra do Conselho Geral da ANAFRE, a 5 e 6 de dezembro, onde a Sr^a. Presidente da Assembleia e o executivo da Câmara, em momentos diferentes, puderam acompanhar sobretudo na aprovação do Plano de Atividades 2015 da Associação Nacional de Freguesias e aquilo que foi a ratificação do posicionamento desfavorável sobre o Orçamento de Estado de 2015. E o mais importante, porque era o que ficava na retina, a presença em Sesimbra de mais de uma centena de autarcas de todo o País, incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, alguns deles ainda não conheciam e declararam que tinha sido ótimo estar em Sesimbra. Portanto, também uma forma de divulgar o concelho e a economia local. -----

-----A **Presidente da AM** cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer as questões colocadas. Tendo o Presidente começado por dizer à Deputada Ana Paula Gato, quanto ao valor arquitetónico do antigo Dispensário, que naturalmente como arquiteto era sensível a essa questão. E a proposta que a Câmara Municipal tinha feito, tinha sido a troca do atual edifício e do terreno tal qual como estavam, pelo edifício do Dispensário e do terreno tal como estava. Logo que a proposta fosse aceite, passaria a ter a Câmara o desafio do que fazer com aquele espaço. A primeira ideia era eventualmente a reabilitação do edifício para instalação de serviços da Câmara. Aliás, o edifício e o terreno pela sua localização, tinha um potencial de construção que permitiria dar um uso muito superior, mas presentemente ninguém andava à procura desse tipo de usos. Portanto essa tentação poderia ficar para outras futuras administrações da Câmara, já não sendo ele o responsável por essa situação.-----

-----Informou que a reunião com a Turifórum tinha sido de apresentação e discussão da versão do Plano Regional de Turismo, se estava escrito regulamento de turismo, tinha sido um lapso. -----

-----Quanto às questões de segurança do “Cotovia Parque” disse que a Câmara tinha recebido algumas notas e tinham pedido à Proteção Civil para vedar aquele terreno. Tinha tido uma reunião com a empresa Efimóveis, há três semanas, que o tinham informado que continuavam a diligenciar esforços no sentido de avançar com a construção da 1^a.fase do projeto. Lembrou, que era um projeto de habitação a custos controlados e presentemente não havia interessados em adquirir, porque não havia financiamento para a aquisição de casas. Inclusivamente o próprio Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana deixou de financiar as empresas para construção de habitação a custos controlados. No entanto a empresa tinha a perspetiva de um financiamento de uma entidade bancária e continuava interessada em promover a

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

construção e vender com os preços que estavam no acordo de habitação a custos controlados. Portanto, embora a Câmara pudesse presentemente reverter a posse do bem à Câmara, porque o prazo do contrato estava ultrapassado, tinham entendido dar mais algum tempo, porque o principal objetivo era criar essa oferta de habitação. Mas teriam que estar atentos e se não se confirmasse teriam que pedir a reversão do terreno. Porque o que estava previsto no processo era que a Câmara Municipal receberia, depois do edifício construído, 7% da área de construção, que correspondia a 7 fogos, embora o objetivo principal fosse ter casas para venda a preços inferiores aos preços de mercado. -----

-----Quanto ao Relatório do ROC disse que não tinha tido a oportunidade de o ler em pormenor, mas tinha visto naquele momento e de facto não estava correto. Porque tinham ido extrair a informação do concurso e o concurso referia que 15 meses depois da licença de construção a obra tinha que estar concluída e tinha que ser entregue à Câmara Municipal a parte desportiva do Estádio. O problema é que para se construir era preciso que a empresa entregasse os projetos em condições de serem licenciados, como não o fizeram em tempo útil a Câmara fez algumas prorrogações, mas já tinham deliberado na Câmara a reversão do terreno. Foi encaminhado para o gabinete jurídico, que comunicou à empresa para vir fazer a reversão do terreno a favor da Câmara. O terreno depois da compra tinha sido registado em nome da Obriverca, embora com a cláusula de reversão, mas estava hipotecado e não sabiam o que é que isso poderá trazer em termos de concretização prática da transferência do terreno. Objetivamente a Câmara tinha recebido 300 mil euros em dinheiro, que já tinha utilizado, e receberia o resto em espécie depois da obra construída. E se o processo continuasse assim, a Câmara continuaria a utilizar o terreno e tinha recebido 300 mil euros. E segundo informação do gabinete jurídico, não havia nenhuma possibilidade de a Câmara ficar sem o terreno. Portanto o relatório não estava correto, na medida em que devia constar que a Câmara já tinha deliberado a reversão do terreno. -----

-----Relativamente ao elevador do edifício do Mar da Califórnia disse que o protocolo que existia, entre o condomínio, a Câmara, e o Hotel que é a entidade proprietária do parque, referia que o elevador deve estar a funcionar ao serviço do parque de estacionamento. Não sabia se naquele momento o elevador estava a funcionar, mas se não estava devia estar porque era isso que constava no protocolo.--

-----Em relação ao “Festival Super Bock, Super Rock” informou, que a Câmara tinha sido informada, uns dias antes da divulgação pública, de que o festival deixaria de vir para o concelho de Sesimbra e que passaria a ser no Parque da Nações. A empresa “Música no Coração”, como era também proprietária do “MEO Arena”, pretendia realizar o festival em torno desse espaço, porque por razões económicas seria mais rentável. Pessoalmente tinha algumas dúvidas, achava que não era a mesma coisa, o “Festival Super

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Bock, Super Rock”, tinha uma mística em torno da juventude, do campismo de valores ecológicos, que não era reprodutível num espaço urbano como o Parque das Nações, seria mais um festival parecido com o “Optimus Alive”, mas era uma decisão da empresa. Naturalmente que o espaço do Cabeço da Flauta, com o potencial que tinha, poderia ser útil para outras iniciativas, e ainda há pouco tinham lá estado o Acampamento Regional (ACAREG) de Setúbal, do Corpo Nacional de Escutas da Região de Setúbal. No entanto a Câmara ainda não tinha nenhum evento para substituir o “Festival Super Bock, Super Rock”. -

-----Quanto à questão do Lar de Idosos disse que desconhecia, mas tinha registado e iria ver o que realmente se passava. -----

-----Relativamente à Associação do Externato Santa Joana, referiu que era uma matéria que a Câmara acompanhava com preocupação. Sabiam que ia haver uma ato eleitoral a muito curto prazo. Sabiam que a nova legislação que entrou em vigor, embora permitisse a recandidatura era preciso que os Estatutos da Associação já estivessem adaptados à nova legislação para permitir a recandidatura dos novos corpos sociais. Os atuais corpos sociais estavam em decomposição, mas aparentemente não podiam recandidatar-se. Sabiam que havia pelo menos uma lista em preparação para se candidatar à direção da Associação do Externato Santa Joana. A Câmara estava a acompanhar a situação, a Sr^a Vice-presidente tinha estado na rua com eles, tinha estado numa reunião que o Sr. Presidente da Instituição promoveu, com a Assembleia Municipal e outras instituições e também já tinha reunido com o Sindicato. Todos sabiam a situação difícil do ponto de vista financeiro em que a instituição se encontrava e já tinham transmitido a vontade de ajudar, mas dentro do quadro legal que se pudesse fazer. Não iam poder transferir subsídios, como era óbvio, para sustentar a instituição.-----

-----Quanto ao Gabinete de Mediação, disse que desconhecia esse projeto. A única coisa que sabia era que há uns 3 anos tinha vindo uma proposta a Câmara nesse sentido e tinham recusado. Porque a Ordem dos Advogados não era favorável a que se instalassem gabinetes de mediação nas Câmaras Municipais, porque isso retirava trabalho aos advogados, como era óbvio. Portanto se a Liga dos Amigos de Sesimbra tinha entendido que era uma boa proposta, eram livres e autónomos para fazer o que entendiam.-----

-----Relativamente à Pista de Gelo esclareceu que foi uma proposta que surgiu da juventude, tinha um custo de 10 mil euros, para os 15 dias que estaria instalada mais o custo da própria tenda, e tinha sido possível envolver a junta de freguesia. A Junta de freguesia da Quinta do Conde ia pagar o custo da tenda, a Câmara Municipal assumia o custo da pista de gelo. Tinham conseguido um patrocínio dos “Cafés Delta” no valor de 1.500 euros. O valor de cada entrada era de 2,5€ já incluindo os patins, com exceção das

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

entradas distribuídas nas escolas, e pelo menos permitiria amortizar o valor do investimento. Pensavam que era um projeto engraçado para aquele espaço da Quinta do Conde.-----

-----Em relação ao dia da Marinha, disse que naquele momento não tinham nenhuma informação. --

-----Quanto aos investidores russos informou, que tinham tido uma reunião há um tempo atrás, tinha dado conta de alguns projectos que havia em Sesimbra, que estavam parados à espera de investidores, e aparentemente há um forte interesse num projeto, que se avançar seria muito interessante, que nem são as “Vilas de Sesimbra”, nem o “Edifício Sesimbra Shell”, estava a falar do “Edifício Fórum de Sesimbra”. Posteriormente houve uma reunião com eles e com o herdeiro do proprietário do imóvel, porque o comendador João Justino faleceu há pouco tempo, e era um dos grandes obstáculos a que se fizesse ali alguma coisa, conforme informação do próprio filho, e agora havia a perspetiva de desbloquear o processo. Portanto seria ótimo, porque este era um dos processos que via com menos perspetivas de ser desencajado, porque era de todos o mais complicado. -----

-----Em relação ao arrastamento de terras junto ao Moinho da Azoia, disse que geralmente no dia a seguir às fortes chuvadas mandavam limpar as estradas. E não era essa a única, quase em todas as estradas de terra batida que desaguam em estradas de asfalto, principalmente em ruas com muita inclinação isso acontecia. Acontecia na Aldeia do Meco, no Zambujal ao pé da Churrasqueira “Brasa de Ouro”, no Facho de Santana. E aquilo que faziam era ir lá com máquinas, no próprio dia, ou no dia a seguir, tentar remover a terra, mas naturalmente que a solução ideal seria asfaltar essas ruas. -----

-----Quanto aos serviços de urgência disse que o Deputado João estava a fazer confusão, porque havia um simulacro de Serviço de Atendimento Permanente (SAP) que apenas tinha o nome e a tarifa, para uma urgência pagava-se de taxa moderadora 10,35€, e nem era um serviço permanente porque não eram 24 horas por dia. Agora, tinha deixado de ser SAP e era Atendimento Complementar (AC) da UCSP de Sesimbra. A informação do representante do ACES – Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida foi que as urgências, exemplo, pessoas com um corte no pé, ou na mão, deviam dirigir-se à sua Unidade de Saúde Familiar (USF), e só se esta tivesse fechado é que se dirigiam ao AC da UCSP de Sesimbra. Agora, isto não era um Serviço de Urgência Básico (SUB), que era o que queriam para Sesimbra, durante 24 horas, para dar resposta às necessidades da população. Em relação aos horários disse que a Câmara já tinha conseguido que o Atendimento Complementar da UCSP de Sesimbra estivesse aberto até às 21H00. ----

-----Relativamente à reunião com o Diretor Geral das Finanças, informou que tinha sido uma reunião que ficou aquém das suas expectativas. Porque o Sr. Diretor tinha-lhes dito que o que a Câmara estava a propor era a permuta de terrenos que eram de escolas da responsabilidade da Câmara e que o Estado

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

não tinha interesse nesses terrenos. Tinham alertado que quer a Escola Secundária de Sampaio, quer a Escola EBI da Quinta do Conde, eram escolas geridas pelo Ministério de Educação, que os terrenos ainda estavam registados a favor da Câmara Municipal, que tinham sido cedidos ao Ministério mas nunca foram registados a favor deste. E a resposta do Sr. Diretor foi que iriam confirmar e a confirmar-se haveria então condições para avançarem para a permuta da ala norte do Cabo Espichel. No final da reunião ficou a perspetiva que as coisas se iam resolver. Quanto ao terreno do Parque de Campismo, tinham contratado um avaliador e já tinham enviado a proposta feita pelo avaliador. O Sr. Diretor disse que não havia ninguém para avaliar essa avaliação e só em janeiro é que iriam avaliar, mas que até ao final de 2014 a Direção Geral de Finanças ia decidir. Ou faria uma permuta do Cabo Espichel com a Câmara, ou punha o terreno em hasta pública. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vereadora Felícia Costa** que esclareceu, quanto às notícias do rapto na escola, que na verdade tinham sido confrontados com essa situação e tinha sido um dos pontos da última reunião do Conselho Municipal de Educação. Tinham convidado as forças de segurança, que por motivos de trabalho não puderam comparecer, mas tinham estado presentes todos os Agrupamentos de Escolas e alguns representantes da Associação de Pais. E a informação que tinham era que alguém de uma agência de modelos, sem estar devidamente identificado, tinha abordado alguns jovens quando iam para a escola para irem fazer testes, sem terem falado com alguém da escola ou com os encarregados de educação, mas que tinham empolado a situação e já se falava de rapto. A informação da GNR era idêntica, tinha sido de facto uma abordagem dum agência de modelos a jovens, mas que tinha sido uma abordagem mal dirigida. No entanto não havia qualquer perigo de rapto. -----

-----Relativamente aos problemas com a chuva no Pavilhão e na Escola de Sampaio, disse que de facto nas últimas chuvadas tinha entrado água. O Pavilhão já tinha sido sujeito a várias intervenções do telhado, era um problema estrutural do pavilhão, mesmo quando não chove, em determinadas ocasiões a prática desportiva era perigosa. Portanto teriam que guardar uma fatia do orçamento para poderem fazer uma intervenção de fundo. A razão por ter faltado água quente foi porque a caldeira avariou e é muito difícil arranjar peças de substituição. As empresas hoje não têm o stock que tinham anteriormente, tinham que encomendar as peças e isso por vezes demorava uma semana. -----

-----Indicou que não tinha entrado água só na Escola de Sampaio, tinha entrado também na Escola da Aiana, nos dias de chuvadas intensas entrava água em alguns equipamentos escolares. Os técnicos da Câmara Municipal tinham tentado reparar, mas não sabiam se o problema tinha ficado resolvido para situações futuras, porque alguns edifícios pela sua estrutura, quando as chuvas são rigorosas há essa

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

possibilidade. O que era verdade era que a Câmara Municipal tinha intervencionado, quer a Escola de Sampaio, quer todas as outras, onde entrou água, e não foi impeditivo do normal funcionamento das escolas. -----

-----Em relação ao Lar de Idosos disse que também não tinha conhecimento. Mas na próxima semana ia ter uma reunião onde estaria presente a Segurança Social e iria colocar essa questão. Porque a Segurança Social devia ter alguma ideia do funcionamento desse Lar de Idosos. -----

-----Quanto ao Colégio Secundário informou que de facto tinha reunido com um casal, marido e mulher, que pretendia saber da parte da Câmara quais as expectativas da criação de um Colégio Privado, com resposta do 1º. Ciclo ao Secundário, e pensavam adquirir um terreno, ou um edifício já construído, na zona ocidental do concelho. E tinha-lhes sugerido, que se o objetivo era criar um colégio com fim empresarial, e tendo em conta àquilo que eram as necessidades do concelho de Sesimbra, que seria mais útil se procurassem na freguesia da Quinta do Conde. Entretanto informaram-na que tinham feito negociação com o Ministério da Educação e que da parte do Ministério havia abertura para criar um alvará mas que tinham que garantir as condições. E as condições eram, na perspetiva deles, ou um aluguer, ou a construção de um espaço, para criarem uma escola com resposta ao secundário.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da junta de freguesia do Castelo, Francisco Jesus** que informou que estava previsto a colocação de 242 placas toponímicas, mais 82. A Câmara Municipal já tinha deliberado a transferência do valor das 82 placas, mas havia um atraso de 2012 correspondente às 242, no valor de cerca de 20 mil euros. No passado dia 8 de outubro tinha sido deliberado essa regularização. Portanto, estavam a 15 de dezembro já não seria transferido até ao final do ano, prevendo-se ser no primeiro trimestre de 2015. Se assim fosse, no primeiro trimestre seria regularizada toda a colocação de placas toponímicas na Lagoa de Albufeira.-----

-----Terminados os esclarecimentos, a **Presidente da AM** deu início ao ponto **4. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA “NÚCLEO ANTIGO DA VILA DE SESIMBRA” – APROVAÇÃO.**-----

-----Informou que o Sr. Presidente da Câmara, na reunião das Comissões Com juntas, tinha dado uma informação bastante pormenorizada, portanto perguntava aos deputados se havia a necessidade de ainda ser colocadas questões sobre a presente matéria.-----

-----Solicitou a palavra o **Deputado João Rodrigues**, que disse que a Lei permitia 2 alternativas, ou a operação de delimitação simples, ou operação de delimitação sistemática. Perguntava qual tinha sido a opção da Câmara, quando fazia a presente delimitação, ao considerar aquele espaço, porque deferia a



Assembleia Municipal de Sesimbra

capacidade de ação da Câmara em função da opção que tomava, nomeadamente expropriação, venda em hasta pública, e o problema ser resolvido posteriormente. -----

-----O **Presidente da Câmara** disse que não lhe sabia responder à pergunta, porque presentemente o que estavam a fazer era só a delimitação. Não sabia se na fase posterior teriam que definir se seria simples ou se era sistemática, mas se essa questão tivesse que ficar clarificada, trariam uma proposta e diriam qual o tipo de realização. Mas não queriam constituir uma sociedade de reabilitação urbana, nem estavam a falar de um sistema complexo como existe em Lisboa, ou no Porto, em que foram constituídas as chamadas SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana, para promover projetos. Portanto, em princípio, seria uma operação de delimitação simples. -----

-----Usou da palavra o **Deputado José Guerra** que leu o seguinte documento: -----

-----*“A reabilitação do núcleo antigo da Vila é algo que diz muito ao Bloco de Esquerda em Sesimbra. Desde que nos organizamos como força política no concelho, que participamos com propostas e ações, opondo-nos aos vários ataques dos Governos da República contra o povo português. Iniciamos uma batalha sem tréguas aos atentados dos vários executivos autárquicos nas construções urbanas sem cumprir nenhum plano elaborado antecipadamente, que evitasse os atentados ecológicos e outros contra a nossa vila. Desde que nos organizamos como força política no nosso concelho, ano de 2005, que a reabilitação do casco antigo da vila foi uma das nossas bandeiras. Infelizmente, verificámos que foi preciso a crise económica e uma iniciativa regulamentar do Governo para que o executivo autárquico avançasse com alguma intervenção neste campo. Mais vale tarde que nunca.* -----

-----*No entanto não devemos deixar de assinalar que essa foi uma mudança forçada pelas contingências atuais e não uma opção política de estratégia da maioria que tem governado o concelho. Não podemos esquecer de todo o modo o que já foi feito, em função das opções urbanísticas defendidas até há bem pouco tempo, a expansão urbanística completamente desorganizada. Primeiro, e antes de tudo, temos que dar os parabéns aos técnicos que fizeram o documento de caracterização da ARU, que é um documento importante que catalogou um pedaço da história urbanística do concelho e que tem todo o mérito. Curiosamente, esse trabalho vem dar razão às nossas propostas na Assembleia Municipal e a muito daquilo que temos vindo a alertar os nossos munícipes há mais de 10 anos e que se tem vindo agudizando nos últimos anos, o envelhecimento e abandono da vila, sede do concelho, caminhando para a sua desertificação. Isto aconteceu não só mas muito também, por força da ausência de uma regulamentação efetiva da gestão pública, leia-se: do executivo da autarquia nos últimos anos. Quem troca de taxas urbanísticas, apenas se preocupava com as novas construções para segunda habitação e*

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

nada fazia para incentivar a reabilitação do núcleo antigo, nem para a fixação da população. Não serem as medidas avulsas tomadas (como urbanização a custos controlados da Rua Conselheiro Ramada Curto, que foi uma boa medida) para apagar o que não foi feito.-----

-----Relativamente à delimitação da ARU podia discutir-se mais metro menos metro, mas o importante nesta fase é ter o documento de caracterização (que esta bastante aceitável) e aprovar a delimitação, para depois se avançar para o documento seguinte e que terá de ser bastante debatido e alvo de aturada discussão para que se tomem as melhores decisões. A regulamentação posterior que irá complementar esta delimitação da ARU, será o documento determinante. Não deixa de ser curioso que se esteja e bem a trabalhar nestes documentos sobre a reabilitação urbana, sem que nada se saiba sobre o novo PDM, que deveria ser o documento estratégico central da gestão do território e que está num processo pouco divulgado e extremamente demorado de renovação.-----

-----Como nota final, fica um alerta para um dos aspetos que deve ser considerado nos regulamentos complementares a esta delimitação da ARU, se é que já não se deveria fazer algo para minimizar algumas situações que já se estão a verificar. Passo a concretizar, neste momento, são alguns os investimentos privados de recuperação urbana no casco antigo da vila. E anda bem, porque isso era algo que defendíamos no nosso programa eleitoral. Contudo, a Câmara devia ter em atenção algumas situações. Primeiro, quanto à questão estética. A título de exemplo, deve assinalar-se o edifício por cima do conhecido café da GALE, cujo edifício está a crescer em altura de forma, mesmo que legal, inapropriado e desproporcionada, provando inclusive manifestações de discordância dos residentes na envolvente. Depois e mais importante, a esmagadora maioria dessas recuperações direcionam-se quase em exclusivo ao mercado da segunda habitação e dessa forma, mesmo resolvendo o problema dos edifícios devolutos, continuamos com uma vila devoluta, desabitada em morte lenta. Pelo que devem ser estudados mecanismos que condicionem ou ate obriguem a que uma parte considerável das intervenções se direcione a primeira habitação.”-----

*-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que tinha pedido a palavra, porque quanto à proposta pensava que não haveria grandes dúvidas, já tinham numa reunião alargada explicado o âmbito da proposta e quais os benefícios que esta traria para aqueles que quisessem promover reabilitações dentro da ARU. Mas não podia deixar de comentar a intervenção do Bloco de Esquerda, porque o Deputado José Guerra devia viver noutra planeta e não no concelho de Sesimbra. Porque o que tinham acabado de referir era de quem não sabia o que se passava, nem do que se fazia, em Sesimbra. Todas as malfeitorias que foram elencadas eram da responsabilidade das decisões políticas,*

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

o projeto da ARU estava muito bom porque foram os técnicos que o fizeram, como se nenhum político tivesse decidido que os técnicos tinham que fazer o projeto. Se calhar, a reabilitação do Bairro Infante D. Henrique também foram os técnicos que por sua real iniciativa decidiram fazer. Portanto essas decisões, não se podiam ver assim, as asneiras tinham sido os políticos que fizeram, as coisas bem-feitas tinham nascido de parto natural. O Deputado do Bloco de Esquerda não devia ter esta intervenção. -----

-----Depois perguntou ao Deputado se não se tinha feito nada nos últimos anos em Sesimbra. Se não tinha havido reabilitação urbana na vila de Sesimbra, dentro do núcleo antigo. E as obras que foram feitas no espaço de reabilitação urbana, que levaram a que os proprietários privados, também eles, iniciassem processos de reabilitação. E o Regulamento de Taxas e Cedências que há muitos anos, ainda antes de ser Presidente da Câmara, não cobrava taxas a quem conservasse as obras, também não era uma medida de reabilitação urbana?-----

-----Portanto era uma cassete que o Bloco de Esquerda tinha, do Adelino Fortunato e companhia, que punham a tocar nas eleições e depois o deputado trazia para a assembleia a cassete e punha novamente a tocar. Só que era 1 hora da manhã e já não tinha paciência para ouvir.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que na passada sexta-feira o deputado do Bloco de Esquerda tinha chamado cangalheiro ao PSD, mas de facto com a intervenção que tinha tido iam precisar de cangalheiro porque tinham o funeral já preparadinho. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse ao Sr. Presidente da Câmara que se tivesse ouvido até ao fim verificaria que também falava de algumas coisas que fez bem e que iriam votar a favor da delimitação da ARU, mas se já não tinha paciência para ouvir não tinha culpa. Gostava de dizer, que felizmente, ou infelizmente, não tinha um mentor e muito menos o Adelino Fortunato, mas às vezes pedia-lhe alguns conselhos.-----

-----A **Presidente da AM** disse que sobre a presente matéria já tinham sido feitas várias considerações e passou à votação do ponto 4. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA “NÚCLEO ANTIGO DA VILA DE SESIMBRA.**-----

-----Tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar, a **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA “NÚCLEO ANTIGO DA VILA DE SESIMBRA”**.-----

-----O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----
-----*“Há mais de 10 anos, que o Bloco de Esquerda do Concelho de Sesimbra, fala da importância da reabilitação do casco antigo da Vila.*-----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----É verdade que não podemos ignorar todo mal que já foi feito em função das políticas urbanísticas defendidas até há bem pouco tempo. É importante lembrar que esta mudança, não decorre de uma vontade clara do executivo camarário, mas como reação à crise económica que a isso obrigou.-----

-----O bloco de Esquerda dá os parabéns aos técnicos que fizeram o documento de caracterização da ARU, porque é um documento importante e que tem o mérito.-----

-----Esse levantamento veio dar-nos razão. O caminho que os diversos órgãos autárquicos contribuíram para o envelhecimento da Vila e à sua continuada desertificação.-----

-----As exceções, como a urbanização a custos controlados da Rua Conselheiro Ramada Curto apenas confirmam a regra de uma política, até hoje, inimiga da requalificação.-----

-----Relativamente à delimitação da ARU, pode-se discutir se mais ou menos um metro, mas o que é importante é que seja dado este primeiro passo. A regulamentação posterior, que irá complementar e regular a ARU, será o documento determinante.-----

-----São estas as razões que levam o Bloco de Esquerda a votar favoravelmente o documento de caracterização da ARU.”-----

-----A **Presidente da AM** passou ao ponto 6. **“PROJETO DA 12ª ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS/8º CONCURSO AS CORES DA CIDADANIA”**.-----

-----Referiu que eram projetos que todos conheciam, este ano o tema era dedicado ao mar **“O Mar de Sesimbra na Europa e no Mundo”** e, mais uma vez, tinham a participação das escolas, dos jovens, dos professores e acreditavam que esta iniciativa seria tão mobilizadora como as anteriores. Esta 12ª edição da Assembleia Municipal de jovens realizar-se-ia na freguesia do Castelo, na Escola Básica de Sampaio e portanto tinham condições para considerar que seria um projeto a continuar.-----

-----Questionou os deputados se queriam fazer alguma observação sobre a presente matéria. Não havendo, passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade**, sob proposta, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar o **Projeto da 12.ª Assembleia Municipal de Jovens bem como o 8.º Concurso As Cores da Cidadania**.-----

-----A **Presidente da AM** deu início ao ponto 6. **Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”**.--

-----Informou que era um projeto novo, que tinha sido previamente tratado e apreciado ao nível da Comissão de Líderes e mais tarde apresentado ao nível da Comissão Municipal de Educação. Também tinha o envolvimento das Escolas e através dos Diretores das Escolas do Ensino Básico e Secundário e Profissional do Concelho, e todos foram unânimes em participar e aderir ao projeto. Portanto,

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

acreditavam que este projeto seria também um modo de abordagem da cidadania entre os jovens, do qual dariam conta ao nível do próximo período, uma vez que tudo indicava a realização de ações, debates e encontros com os jovens, que previamente já estavam “inventariados” e que seriam calendarizados ao nível das respetivas escolas. O projeto tinha sido apresentado, tinha sido divulgado entre todos os Deputados da assembleia Municipal, portanto julgava que estavam em condições de deliberar. -----

-----Perguntou aos Deputados se queriam fazer alguma consideração. -----

-----Interveio o **Deputado Manuel José Pereira** que referiu que a bancada do PS tinha uma responsabilidade grande nesta matéria, alguns sabiam ao que se referia mas nem todos tinham conhecimento disso. Este projeto tinha tido uma adesão e um entusiasmo por parte das escolas e dos professores que não esperavam que acontecesse, porque como já tinham os dois projetos anteriores e como eram quase sempre os mesmos professores, pensavam que já estariam um pouco massacrados. Mas a adesão tinha sido tão grande que aumentava ainda mais a responsabilidade da Assembleia Municipal. Portanto todos os eleitos, não só os da Assembleia Municipal, e eventualmente outras pessoas que viessem a ser convidadas, deviam estar atentas e disponíveis para colaborar neste projeto que era de facto importantíssimo e era assim que se resolvia os problemas da cidadania, começando por baixo. Portanto congratulavam-se pela Assembleia Municipal estar naquele dia a aprovar o projeto. E queria aproveitar, uma vez que era a sua última intervenção, para desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de confiança numa vida nova. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** referiu que também se congratulavam pelo projeto que a Assembleia Municipal com certeza iria desenvolver. Daria o seu contributo se lhe fosse pedido, com certeza que a Escola Profissional Agostinho Roseta estaria também inserida neste novo projeto, o que folgava deveras. Não querendo parafrasear o Deputado Manuel José Pereira, queria desejar a todos um Bom Natal e um Ano de 2015 com tudo de bom, que com certeza teriam já muito em breve, fruto de todos. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que também gostariam de deixar uma palavra positiva relativamente a este projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”. Sabiam que os jovens estavam de alguma forma demarcados daquilo que é a cidadania, a intervenção pública, a vida política, e queriam com este projeto sensibilizar os jovens para determinados assuntos e para uma participação mais ativa na vida do concelho e quiçá também na vida política e pública do país. Em nome do Movimento Sesimbra Unida também gostaria de deixar votos de Feliz Natal para todos e que o Ano 2015 fosse melhor que 2014 e cá estariam para todos juntos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, para darem o melhor de si, que era o que se pretendia e o que os cidadãos agradeciam. -----

Ata nº18 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Alain Monteiro** disse que não querendo repetir o que já tinha sido dito, era importante destacar o facto como todas as bancadas trabalharam e se empenharam para que este projeto fosse uma realidade, na esperança de que o mesmo pudesse trazer frutos e atingir os objetivos a que se propõe. Queria também, em seu nome e em nome da bancada da CDU, desejar um Bom Natal e Um Feliz Ano de 2015, esperando que seja um ano patriota e de esquerda. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que também queria desejar um Feliz Natal e que o Ano de 2015 fosse um ano melhor para todos. -----

-----A **Presidente da AM** colocou à votação o **Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”**. ---

-----A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade**, sob proposta da Comissão de Lideres dos Grupos Municipais, **aprovar o Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”**. -----

-----Antes do encerramento dos trabalhos, a **Presidente da AM e a Mesa** apresentaram igualmente aos Deputados, Deputadas, Presidente da Câmara, Vereadores, Vereadoras, serviço de apoio e munícipes presentes, os votos de Boas Festas e Bom Ano de 2015. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”** e foi por consenso dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e quinze minutos do dia 16 de dezembro de 2014. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----